

POLITICAS, DISCURSOS E AÇÕES EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL CRÍTICA: da
nova sociabilidade do Capital a Caminhos Possíveis

Leonardo Kaplan

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Mônica Armond Serrão

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

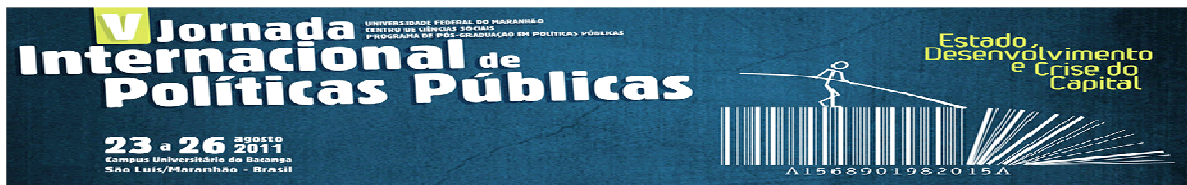
Rodrigo de Azevedo Cruz Lamosa

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

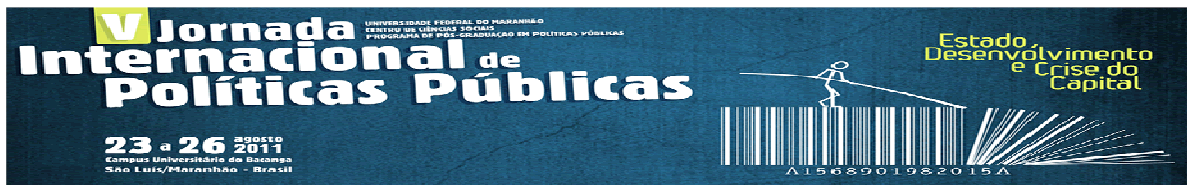
Ana Maria Marques Santos

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Brasil

Esta Mesa Coordenada tem por objetivo discutir a partir da teoria crítica, sob o viés do Materialismo Histórico-Dialético e da Educação Ambiental Crítica, as questões acerca do Estado, da Educação e da Participação Popular. Nesse sentido buscará considerar a experiência e o aprofundamento teórico-metodológico de quatro pesquisas realizadas sobre esse campo, partindo dos discursos assumidos pelo Estado na formulação das Políticas Nacionais em EA, das ações e inserções da EA escolar, via o novo padrão de sociabilidade do capital, da participação popular na formulação de políticas públicas em EA, e da gestão. Neste sentido são apresentadas quatro pesquisas que investigam: **(a)** os discursos oficiais e hegemônicos materializados nos documentos referentes às principais políticas federais do campo da Educação Ambiental: a Política Nacional de Educação Ambiental – PNEA – (lei nº 9.795/99), o Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA) e o Programa Nacional de Formação de Educadores Ambientais (ProFEA). A perspectiva assumida nessa pesquisa é de que há uma dialética entre discursos e estrutura social, não devendo, portanto, ser efetuada uma separação entre discurso e realidade, nem atribuído um peso de que os discursos, por si só, promovem mudanças sociais; **(b)** a inserção da Educação Ambiental (EA) nas escolas públicas, utilizando como estudo de caso a rede municipal de Teresópolis (RJ). A EA crítica é o referencial teórico adotado, que permitiu compreender este processo no ensino formal, em suas relações com as políticas públicas educacionais federais e municipais, além do contexto de reorganização do padrão de sociabilidade do capitalismo. A pesquisa concentrou-se na análise dos processos de hegemonia relacionados à formação da nova sociabilidade realizada pela classe empresarial no país, tentando responder duas questões centrais: o empresariado no Brasil é de fato portador de um novo projeto para reordenar a sociabilidade? Existindo um novo projeto, em que consiste seu conteúdo, quais são suas estratégias e em que medida, a Educação Ambiental é incorporada neste novo projeto de sociabilidade?; **(c)** as diferenças e disputas existentes entre duas propostas político-pedagógicas no âmbito da gestão: a proposta de educação no processo de gestão ambiental, desenvolvida dentro de um marco político institucional no âmbito do Estado, e os princípios e diretrizes da Responsabilidade Social, adotados como base dos projetos socioambientais, desenvolvidos por empresas, explicitando suas diferenças e disputas ideológicas. Para desenvolvê-la, parte-se do pressuposto de que a educação no processo de gestão, linha desenvolvida no âmbito do licenciamento ambiental federal, sofre inúmeras

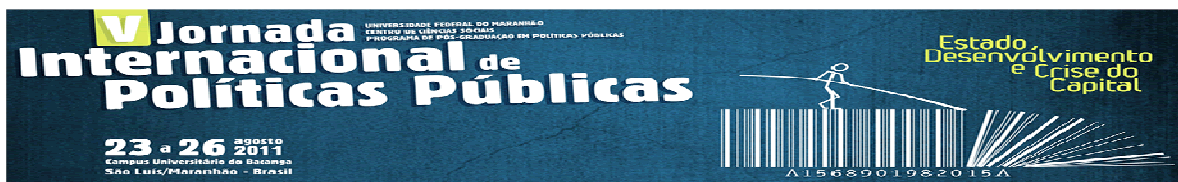


resistências, uma vez que é pautada em um marco político institucional, de caráter crítico e baseia sua prática pedagógica na explicitação dos conflitos inerentes à gestão ambiental. Em uma posição oposta e, a cada dia mais hegemônica, situam-se as diretrizes que norteiam os programas de Responsabilidade Social (RS), baseados na pedagogia do consenso, proposta na qual a explicitação dos conflitos é evitada e as soluções dos problemas causados pelo setor produtivo são buscadas na tecnologia e nas ações voluntárias da sociedade civil organizada. Enquanto a primeira busca discutir com os grupos sociais afetados as causas dos impactos socioambientais resultantes dos empreendimentos licenciados, a segunda evita tocar nesse assunto. Pretende-se assim demonstrar nessa pesquisa, que as ações de Responsabilidade Social, baseadas em uma “pedagogia do consenso” estão em consonância com o eixo programático da Terceira Via, cumprindo o papel de aprofundar e reproduzir a ideologia que subjaz à nova sociabilidade por ela construída, apresentadas no primeiro texto, e **(d)** as ações de pesquisa sobre o campo da participação popular e das políticas públicas em educação ambiental, no município de Mesquita. Ao considerar a indissociabilidade entre processos ecológicos e sociais, a metodologia buscou privilegiar atividades de pesquisa-ação participativas, investigação-ação participante e outras metodologias que destacassem o protagonismo da comunidade envolvida, e estratégias para a geração e socialização de conhecimentos da Educação Ambiental Crítica durante o processo de geração de políticas públicas municipais em EA. Destacamos que tal protagonismo não se deu harmonicamente, tendo em vista as diversas ações e interesses socioambientais formais e informais existentes na sociedade, e no caso específico, no município. A formação emancipatória se apresenta como prioritária para a qualificação dos debates nas construções e proposições de políticas públicas no município. A participação popular necessita avançar nesse sentido, pois dada como potencial para intervenções que dêem continuidade aos caminhos já percorridos, e que de fato, apóiem e agreguem força aos processos decisórios daquela comunidade, ampliando suas concepções de realidade-mundo e dos saberes ali existentes. Afirmamos nesse sentido, que a Educação Ambiental é um fato concreto e que necessita de Políticas Públicas que norteiem o seu fazer, assim como a formação crítica e democrática dos agentes que a constituem e a fazem acontecer cotidianamente, em especial, no âmbito da escola, apresentado no texto final. Tratam-se de pesquisas desenvolvidas nos Programas de Pós-Graduação em Educação da UFRJ (PPGE/UFRJ), de Ecologia Social do EICOS/UFRJ, ambos da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), através do LIEAS - Laboratório de Investigação em Educação Ambiental e Sociedade, e pelo GEPEADS – Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação Ambiental, desenvolvimento e Sustentabilidade, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRuralRJ), ligado ao Departamento de Educação e Sociedade (DES) do Instituto Multidisciplinar de Nova Iguaçu (IM) e ao PPGE em Educação da UFRRJ, contando com a colaboração de doutorandos, mestres e bolsistas de Iniciação Científica e Extensão. Esta sessão coordenada pretende contribuir para uma ação crítico-transformadora através da investigação-intervenção que busca articular a compreensão sobre a realidade social concreta e seus tensionamentos enquanto campo de disputas dos diferentes e diversos sujeitos, em especial no que diz respeito às questões socioambientais. A temática central da V Jornada Internacional de Políticas Públicas, “*Estado, Desenvolvimento e Crise do Capital*”, aliada aos seus objetivos mais específicos: a análise dos rebatimentos políticos da crise atual do capital, a exemplo das lutas políticas e sociais, apresenta-se como espaço privilegiado para a ampliação, aprofundamento e qualificação dos estudos, pesquisas, discussões e ações desenvolvidas em nossos trabalhos, no campo em questão, e que em diálogo e



interlocução, sem dúvida, poderão ser ampliados e qualificados. Desta forma propomos a partir do tema central e do *eixo Estado, Lutas Sociais e Políticas Públicas*, esta mesa coordenada que considere a experiência e o aprofundamento teórico-metodológico das quatro pesquisas apresentadas e realizadas sobre o campo da Educação Ambiental.

Palavras-Chave: Política Pública – Educação Ambiental (‘empresarial’) – Participação Popular/Gestão.



EDUCAÇÃO AMBIENTAL E RESPONSABILIDADE SOCIAL: transformação ou reprodução da realidade socioambiental?

Leonardo Kaplan¹

Mônica Armond Serrão²

Rodrigo de Azevedo Cruz Lamosa³

RESUMO

O trabalho analisa criticamente o discurso empresarial sobre responsabilidade social, evidenciando que este princípio atende à sociabilidade da proposta política da “Terceira Via”, tendo na educação ambiental, um importante instrumento de promoção de seu ideário de sustentabilidade. Inicia-se com a explicação teórica da “Terceira Via”, avança com a análise crítica de discurso sobre responsabilidade social, evidenciando como essa lógica se aplica em projetos de educação ambiental em escolas. Por fim, afirma-se que com este tipo de ideário e prática, a sociabilidade da “Terceira Via” reproduz relações sociais expropriadoras, sob a égide liberal e o domínio do capital.

Palavras-chave: Educação Ambiental Crítica – Análise Crítica Do Discurso – Responsabilidade Social

ABSTRACT

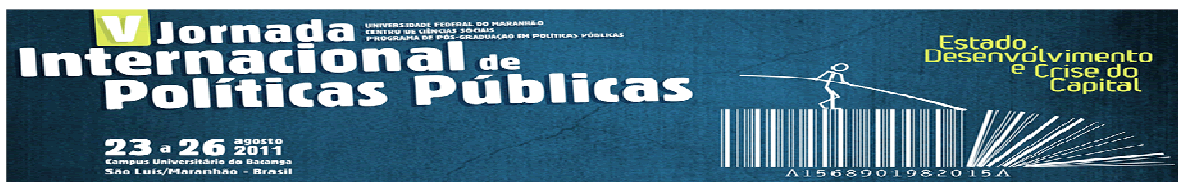
The paper critically examines the corporate discourse about social responsibility, showing that this principle meets the sociability of the proposed policy of "Third Way", and in environmental education, an important instrument to promote its ideas of sustainability. It begins with a theoretical explanation of the "Third Way", advances the critical analysis of discourse on social responsibility, showing how this logic applies in environmental education projects in schools. Finally, it is stated that with this kind of ideology and practice, the sociability of the "Third Way" expropriating reproduces social relations under the aegis of liberal and capitalist rule.

Keywords: Critical Environmental Education – Critical Discourse Analysis – Social Responsibility

¹ Biólogo, Mestre em Educação /UFRJ, Membro do grupo de pesquisa LIEAS/UFRJ, professor das redes públicas estadual e municipal do Rio de Janeiro. leonardokaplan@gmail.com

² Geóloga, Mestre e doutoranda em Ecologia Social – Programa EICOS/UFRJ, Membro do grupo de pesquisa LIEAS/UFRJ, analista ambiental do Ibama. monarmond@hotmail.com

³ Professor de História da rede pública municipal de Duque de Caxias (RJ), Membro do grupo de pesquisa LIEAS/UFRJ, Mestre e doutorando em Educação/UFRJ. rodrigo1281@yahoo.com.br



1. Introdução

A proposta do presente trabalho é fazer uma análise do discurso empresarial sobre Responsabilidade Social (RS) e Desenvolvimento Sustentável, conceitos que vêm sendo utilizados amplamente por este setor da sociedade. Busca-se demonstrar que a utilização desses princípios está associada à reprodução e à ampliação da sociabilidade do projeto político da “Terceira Via”. Pretende-se assim, explicitar os sentidos e intencionalidades que permeiam a utilização desses conceitos nos projetos de cunho socioambiental, mais especificamente, os de educação ambiental, promovidos pelo setor empresarial no país.

A partir do quadro teórico e metodológico fornecido pela Análise Crítica do Discurso (ACD), é possível estudar aspectos da relação dialética entre discurso e estrutura social, especialmente, na perspectiva de compreender os discursos como partes indissociáveis das mudanças sociais sem, no entanto, reduzir a realidade aos discursos. As mudanças sociais não podem ser entendidas apenas a partir das alterações discursivas, mas para compreendê-las esta dimensão discursiva é importante, visto que a linguagem é constitutiva das mediações sociais e de nossa compreensão de mundo. Há, portanto, uma relação dialética entre discursos e outros elementos das práticas sociais (Fairclough, 2010). Partindo disto, teorias sociais críticas e estudos críticos da linguagem são incorporados nesse referencial teórico-metodológico, oferecendo condições de análise de aspectos linguísticos (vocabulário, aspectos gramaticais, semânticos, sintáticos e pragmáticos) e sociais *dos* e *nos* textos.

Para atingir os objetivos aqui propostos, o discurso empresarial será analisado a partir da análise de documentos encontrados em sítios de Instituições especialmente criadas para orientar e incentivar as políticas empresariais de RS, como o Instituto Ethos e o GIFE, além da Norma Técnica ABNT NBR ISO 26000: *Diretrizes sobre Responsabilidade Social*, lançada em 2010. Da mesma forma, será analisado o discurso do setor estatal, a partir das diretrizes do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Socioambiental, o BNDES, a respeito da Responsabilidade Social, comparando-as com aquelas postuladas pelo mercado.

Para tanto, na parte inicial do trabalho, será apresentado o contexto político e econômico no qual foi construída a proposta da RS, deixando clara a sua relação e seu papel com o ideário da “Terceira Via”. Em um segundo momento, é feita a análise crítica do discurso dos documentos elaborados, divulgados e adotados como norteadores pelo setor empresarial, no que diz respeito a programas e políticas de RS,

com ênfase na área socioambiental e educacional. Na terceira parte do trabalho é apresentada a ênfase que as políticas sociais das empresas vêm dando a ações educativas de diferentes naturezas, incluindo a educação ambiental, demonstrando o papel que vem sendo exercido pelas instituições de ensino como aparelhos de reprodução dessa nova sociabilidade. Exemplos de escolas públicas que desenvolvem projetos de EA patrocinados por empresas comprovam essa afirmação.

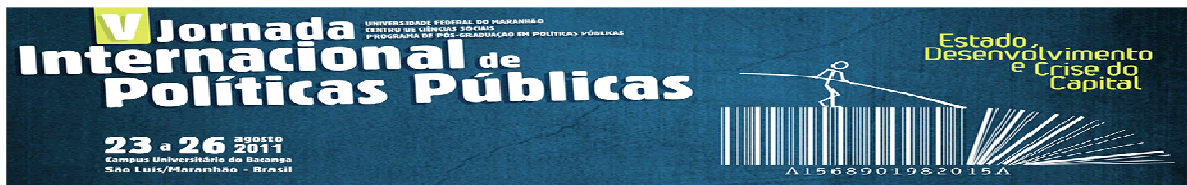
2. A “Terceira Via”: uma proposta de reorganização da sociabilidade das classes dominantes

A crise do padrão de acumulação, ocorrida a partir da década de 1970, exigiu das frações da classe dominante uma redefinição nas estratégias políticas, visando à obtenção da hegemonia. Os esforços para a consolidação de um programa que orientasse e dirigisse a classe burguesa resultaram em uma série de insucessos, durante o período de implantação das propostas “neoliberais ortodoxas”, até a formulação do programa conhecido como “Terceira Via”.

O programa da “Terceira Via” está sistematizado de modo exemplar na produção acadêmica de Anthony Giddens⁴. Quando escreveu *Para Além da Esquerda e da Direita: o futuro da política radical*, em 1994, a tendência liderada por Tony Blair, Anthony Giddens e David Miliband fundava o movimento do Novo Trabalhismo, conhecido posteriormente como “Terceira Via”. *A Terceira Via: reflexões sobre o impasse político atual e o futuro da social-democracia* foi editada após a primeira reunião realizada em 1998, em Washington, entre os novos trabalhistas ingleses e os novos democratas estadunidenses. A obra mais recentemente editada no Brasil foi *A Política da Mudança Climática*, onde se depara com os problemas climáticos e defende como solução o empreendedorismo verde visando tornar viáveis os negócios sustentáveis.

A estratégia proposta no programa da “Terceira Via” encontrou conjuntura favorável desde a década de 1990, mobilizando intelectuais, empresários e políticos em diversos países, originando-se da mobilização das frações da classe dominante e de seus intelectuais, diante da necessidade de redefinir as estratégias para legitimar a sociabilidade burguesa. O seu programa propõe que:

⁴ Anthony Giddens é britânico, sociólogo, reitor da London School Of Economics e um dos principais articuladores do Novo Trabalhismo inglês e da Cúpula da Governança Progressiva.



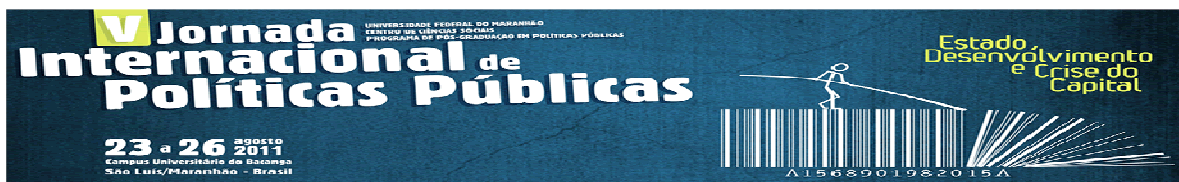
[...] o grande desafio dos socialistas modernos é governar o capitalismo de forma mais competente que os capitalistas. Alguma forma de socialismo de mercado poderá ser alcançada no futuro. Agora, porém, quando a Nova Esquerda disputa eleições e assume os governos, ela não o faz para transformar o país em socialista em um breve espaço de tempo – essa ilusão voluntarista está descartada -, mas para aprofundar a democracia e promover uma maior igualdade de oportunidade, lograr melhores taxas de desenvolvimento econômico do que os partidos conservadores (Giddens, 1999:13).

A “Nova Esquerda”, citada por Giddens, é outro termo que serve para designar a “Terceira Via”. Este movimento teve origem no interior do Partido Democrata, nos Estados Unidos, e no Partido Trabalhista, na Inglaterra. Nos Estados Unidos, o programa da “Terceira Via” ajudou a orientar a administração do presidente Bill Clinton, eleito em 1992, e seus investimentos na disciplina fiscal, a reforma da saúde, o investimento em educação e treinamento, planos de obras sociais, programa de renovação urbana e uma posição firme em relação ao crime e às punições.

A revisão das políticas neoliberais no quadro político dos Estados Unidos teve repercussão na atuação dos organismos internacionais. Em 1992, o Banco Mundial (BM), por meio do relatório assinado pelo vice-presidente Willi Wapenhans, passou a divulgar os princípios que mais tarde seriam sistematizados no programa da “Terceira Via”. Esta redefinição das políticas do BM teve impacto direto na relação do organismo com os países. Neste caso, este importante intelectual coletivo, representante das frações dominantes das principais nações imperialistas, cumpriu importante papel educador na formulação do novo padrão de sociabilidade. Neste período, o BM determinou que empréstimos aos governos fossem feitos somente nos casos que “[...] fossem implementadas políticas que tomassem como referência o preceito das ‘parcerias’ entre aparelho de Estado e organizações da sociedade civil” (Martins, 2009:61-62).

A “Terceira Via” parte do princípio de que a “sociedade civil”, como a que existia no passado já não existiria mais. Os conflitos entre as classes sociais que estruturaram o capitalismo em um determinado período da história teriam sido “produto de arranjos sociais que não mais existem” (Giddens, 1996:114). Afinal, o trabalho como visto anteriormente, não seria mais central nesta sociedade. No novo padrão de sociabilidade, o Estado deveria ser capaz de produzir a “renovação das solidariedades danificadas” pela antiga luta de classes.

Assim, os conceitos “classe social”, “conflito” e “exploração”, seriam substituídos, segundo os teóricos da “Terceira Via”, por conceitos como



“responsabilidade social”, “colaboracionismo” e “voluntariado”. Entendendo que as empresas, sobretudo as corporações industriais, são, com frequência, as principais fontes de poluição, Giddens propõe que

[...] os democratas modernizadores deveriam sempre que possível procurar trabalhar com as empresas em vez de contra elas. Os grupos e organizações empresariais devem ser ativamente recrutados para ajudar a criar uma sociedade, tanto no nível local como mundial, em que tenham um papel responsável (Giddens, 2001:144).

3. A sociabilidade da “Terceira Via” e o papel da responsabilidade social

A perspectiva da responsabilidade das empresas é defendida pelos teóricos da “Terceira Via” como fundamental no novo padrão de sociabilidade das empresas. Segundo Giddens, o governo deve “garantir que a responsabilidade corporativa dê peso total à responsabilidade ecológica, nos vários significados que este termo carrega” (Giddens, 2001:148). A responsabilidade social e ecológica passou a fazer parte da estratégia política de diversas empresas, podendo afetar nos seguros de seus empreendimentos, na administração, em suas vendas e na relação com os consumidores.

Segundo Giddens, o mundo do início do século XXI é caracterizado pelas incertezas. O aquecimento global é um dos exemplos citados pelo intelectual da “Terceira Via”. O debate sobre este tema divide os especialistas e, segundo Giddens, é um exemplo de fenômeno em que suas consequências são difíceis de serem avaliadas. Diante das novas incertezas do mundo contemporâneo, “não se pode lidar com elas com remédios antiquados” (Giddens, 1996:12), por isto os receituários do liberalismo clássico ou os programas socialistas não dariam conta da atual realidade. O programa da “Terceira Via” seria, segundo seu principal sistematizador, aquele que melhor responde às necessidades da realidade das incertezas.

As experiências neoliberais e da “Terceira Via” que viabilizam a formação de um novo padrão de sociabilidade do capital no Brasil não foram resultados apenas da imposição externa. As propostas de ajuste estrutural que orientaram a reforma do Estado brasileiro, a partir da segunda metade da década de 1990, foram realizadas de acordo com os preceitos das organizações financeiras internacionais, mas operadas por frações burguesas locais. A legitimação do projeto neoliberal foi produzida através da ação dos aparelhos privados de hegemonia como, por exemplo, o Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE) e o Instituto Ethos

de Empresas e Responsabilidade Social (ETHOS).

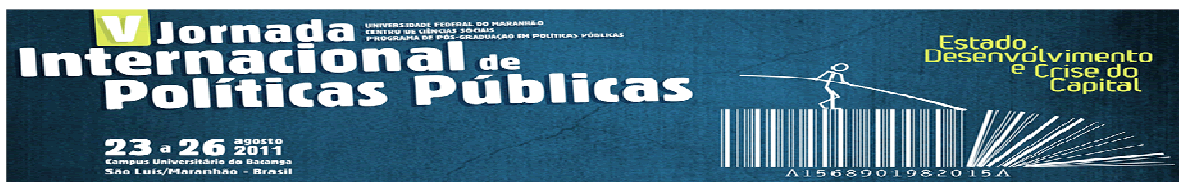
Os primeiros sinais da aproximação de certos setores do empresariado brasileiro do programa da “Terceira Via” foram as mudanças nas formas de mobilização e organização política deste segmento e a difusão dos novos parâmetros internacionais de cidadania, de participação e de sociedade civil nos anos 1990. Neste período, uma grande mobilização do empresariado brasileiro se intensificou, com o objetivo de organizar a atuação de seus aparelhos privados de hegemonia. O GIFE foi criado em 1995, reunindo empresários que já debatiam filantropia empresarial, desde 1989, na Câmara Americana de Comércio. Em 2002, o GIFE era composto por trinta e duas fundações, vinte e sete institutos e dez empresas, todas ligadas ao grande capital nacional e estrangeiro.

O trabalho de educação política, iniciado no GIFE, foi aprimorado com a criação do Instituto Ethos, em 1998. A partir deste novo aparelho de hegemonia, a responsabilidade social se tornou uma ideologia que reúne ideias, experiências e propostas dentro de uma única concepção que visa organizar e impulsionar a classe empresarial na busca de determinados objetivos político-ideológicos. (Martins, 2009) Organizações como o GIFE e Ethos desenvolveram uma grande estratégia política visando organizar a classe dominante e mobilizar toda sociedade em torno dos preceitos ideológicos da responsabilidade social. O fortalecimento destes aparelhos se deveu ao acerto da estratégia, sobretudo, nos aspectos relativos à formação de seus dirigentes, à propaganda e mobilização das frações dominantes, e à viabilização financeira que sustentou suas ações.

O Ethos se fortaleceu, a partir de 2000, quando passou a receber o financiamento da Fundação Ford e estruturou sua inserção entre os meios de comunicação. Por meio de cursos de capacitação sobre a responsabilidade social, o Instituto mobilizou cento e doze jornalistas, além de ter mantido contatos permanentes com outros 400 jornalistas, como mostram os Relatórios de Atividades (2000) e (2001) do Ethos. Em 2011, estão associadas ao Instituto, 1360 empresas localizadas em todos os estados da federação, com exceção do estado de Roraima⁵.

A mobilização de parceiros foi expandida quando o Instituto Ethos acertou acordos com diversos organismos da classe dominante brasileira (Confederação Nacional das Indústrias, SESI, FEBRABAN, GIFE). A parceria entre o GIFE,

⁵ Informações disponíveis no site <http://www1.ethos.org.br/EthosWeb/Default.aspx>, acesso em 12 de julho de 2010, às 14:15 h.



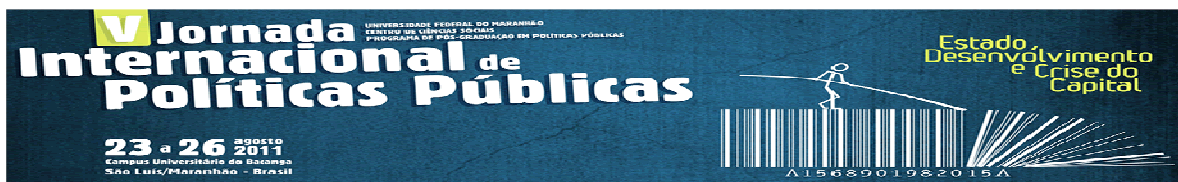
primeira organização empresarial atuante na difusão do novo padrão de sociabilidade, e o Instituto Ethos não ocorreu sem tensões. Entre estes dois aparelhos existiu, nos primeiros momentos, a disputa pelos associados e pelo papel de direção que melhor representaria os empresários diante dos desafios.

Estas tensões entre os dois aparelhos empresariais permaneceram até o ano 2000, quando o “Instituto Ethos foi convidado a se integrar como ‘parceiro institucional’ do GIFE, como consta no Relatório de Atividades desta organização” (Martins, 2009:163). A formação desta parceria integrou setores importantes do empresariado brasileiro na ideologia da responsabilidade social. Esta adesão foi importante para que o SESI, em 2000, viesse a incorporar esta mesma ideologia. O Plano Estratégico do SESI para o quinquênio 2000-2005 estabeleceu como prioridade difundir entre as empresas o ideário do novo padrão de sociabilidade do capital.

Em 2005, as principais frações do capital, incluindo as empresas associadas aos institutos analisados, realizaram o congresso intitulado “Ações de Responsabilidade Social em Educação: Melhores Práticas na América Latina”. Este congresso foi organizado por três organizações empresariais: Instituto Gerdau e as Fundações *Jacobs* e *Coleman*, ambas com sede na Suíça. O congresso resultou na mobilização de empresários em torno do projeto *Compromisso Todos Pela Educação*. Os empresários presentes saíram do evento “[...] com metas, estratégia, cronograma e uma significativa mobilização para iniciar a construção de um pacto nacional em defesa da educação brasileira” (Martins, 2010:10). O campo discursivo produzido pelo empresariado, na aparência, desconsidera o capitalismo, as classes sociais, a exploração, o bloco de poder e o padrão de acumulação do capital. A partir deste, os empresários mobilizam “indivíduos e organizações de caráter neofilantrópico que manejam a educação de modo que ela naturalize as profundas desigualdades de classe e o desemprego estrutural, a expropriação e a hiperexploração” (Leher, 2010).

4. **A análise do discurso empresarial sobre o novo contexto econômico e a responsabilidade social das empresas**

A fim de dar concretude ao que foi acima exposto com relação ao papel da RS na reprodução do ideário da sociabilidade da “Terceira Via”, serão analisados, a seguir, trechos de dois materiais: o sítio do Instituto Ethos e a Norma Técnica ABNT



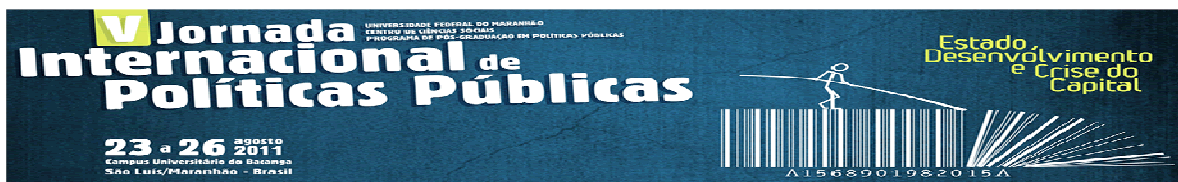
NBR ISO 26000, que contém as diretrizes sobre a responsabilidade social das organizações.

Inicialmente, cabem algumas considerações sobre questões teóricas e metodológicas da Análise Crítica do Discurso. Norman Fairclough (2001) formulou um quadro tridimensional de análise que compreende as dimensões dos textos, das práticas discursivas e das práticas sociais. A análise textual incorpora o vocabulário, a gramática, a coesão e a estrutura textual. Para a análise das práticas discursivas são investigadas a força dos enunciados (tipos de atos de fala que eles constituem), a coerência (partes constituintes do texto relacionadas com um sentido) e a intertextualidade dos textos (diálogos com outros textos). Juntas, estas sete categorias, constituem o quadro de análise dos textos, o que abrange aspectos da sua produção e interpretação, além de suas propriedades formais. Com relação à análise da prática social, os conceitos centrais que este autor se utiliza são os de ideologia e hegemonia, que permitem compreender os discursos inseridos nas relações de poder. É central compreendermos como os discursos, enquanto elementos das práticas sociais⁶, contribuem para alcançar e manter a dominação ou a hegemonia de determinadas estratégias e práticas, as forças sociais que defendem seus interesses e a quais interesses servem (Fairclough, 2006:15).

4.1.O Instituto Ethos

De acordo com o Instituto Ethos, o novo cenário econômico mundial, forçou a inserção das empresas em um mercado altamente competitivo, em escala planetária. Com isso, elas se viram compelidas a mudar radicalmente suas estratégias de negócio e padrões gerenciais para que pudessem aproveitar as oportunidades que surgiram com a ampliação de mercados potenciais e com as novas demandas da sociedade. Segundo o Instituto, a era da informação provocou profundas mudanças na organização social, permanecendo no campo da idealização de uma informação vagamente compartilhada por todos, desconsiderando-se a existência de classes sociais.

⁶ Articulados a outros elementos constituintes das práticas sociais, tais como as atividades, os sujeitos e suas relações sociais, os instrumentos, os objetos, o tempo e o lugar, as formas de consciência e os valores (Fairclough, 2010, p. 225).



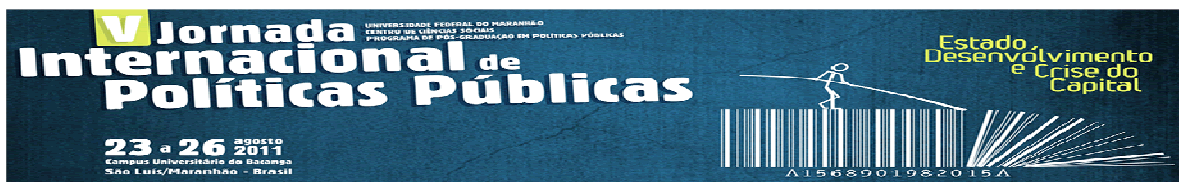
Com isso, esquece-se que

a “sociedade do conhecimento” é uma sociedade de classes, economicamente regulada pela lei do valor e socialmente assentada na extração da mais-valia. Por esta razão, os parâmetros que regem o manejo, distribuição e conhecimento (ou desconhecimento) da informação são comuns às regras dominantes em qualquer outra atividade social. Usualmente, os teóricos da sociedade da informação partem de uma definição lata do termo, que dá lugar a uma quantificação irreal das atividades informativas (Katz, 1996:73 *apud* Lima e Martins, 2005:50).

Seguindo esta linha de pensamento ideologicamente orientada, “alteram-se os papéis dos Estados nacionais, das empresas e das pessoas. Redefine-se a noção de cidadania e constituem-se modalidades inovadoras de direitos coletivos”⁷. Mesmo partindo de críticas ao Estado, sobretudo ao Estado de Bem-Estar Social, o qual teria se tornado ultrapassado e ineficiente, este projeto político não “abre mão” dele. Os Estados nacionais continuam como agentes importantes tanto no plano internacional quanto no próprio ordenamento interno de cada uma das formações sociais concretas, pois “controlam territórios, enquanto as empresas não o fazem; eles podem legitimamente controlar a força militar, individual ou coletiva; eles são responsáveis, de novo, tanto no nível individual quanto no coletivo, pela manutenção do aparato legal” (Giddens, 2001b:125 *apud* Lima e Martins, 2005:51). Melhorar a governabilidade é tido como estratégia essencial. Esta é pensada como algo capaz de sintonizar as ações do “novo Estado democrático” com os organismos da sociedade civil. E “(...) Agências que ou não são parte de nenhum governo – ONGs – ou são de caráter transnacional, contribuem para a governação” (Giddens, 2001b:42-43 *apud* Lima e Martins, 2005:51). Governabilidade aqui significa a articulação entre a esfera estatal e a esfera privada (base e fundamentação do conceito de público não-estatal) em âmbito nacional e internacional em uma única direção (Lima e Martins, *op. cit.*).

Na relação entre o Estado e a sociedade civil, é fundamental que a construção do “novo Estado democrático” implique também a renovação e o reordenamento da sociedade civil e “o governo pode e deve desempenhar um importante papel na renovação da cultura cívica” da sociedade civil (Giddens, 2001a:89 *apud* Lima e Martins, *op. cit.*), isto é, dirigir a sociedade civil a partir de certas diretrizes. Este processo exigiria: a disposição da sociedade civil trabalhar em parceria com o Estado; o incentivo à auto-organização por grupos de interesses; o incentivo ao potencial das comunidades na resolução de seus próprios problemas; um pacto social para a solução pacífica dos conflitos (Giddens, 2001a *apud* Lima e Martins, 2005:51-52).

⁷ Informações disponíveis no sítio www.ethos.org, consultado em 28/04/11, às 17:40



Isso tudo é capaz de preservar princípios muito caros ao liberalismo: a defesa da liberdade individual, o Estado como instância acima e imune aos conflitos de classes, a economia livre de um controle rígido e a naturalização das desigualdades. São esses os pressupostos políticos que nortearão seus princípios e suas estratégias de ação política (Lima e Martins, 2005:52). Assim, o enorme crescimento do terceiro setor é valorizado pelo setor empresarial como uma “verdadeira *revolução cívica*, que o mundo da Internet e das comunicações vem potencializar”. Com isso, as empresas vêm enfrentando o desafio de conquistar “níveis cada vez maiores de competitividade e produtividade”, o que introduz uma crescente preocupação “com a *legitimidade social* de sua atuação” (Ethos, 2011, grifos nossos).

Sendo a responsabilidade social e a preocupação com os problemas ambientais estratégicos na conformação deste novo padrão de sociabilidade, as empresas passaram a investir em qualidade, “num aprendizado dinâmico” voltado, inicialmente, para os produtos, evoluindo posteriormente para a abordagem dos processos, até chegar às relações envolvidas na atividade empresarial, “com os empregados, os fornecedores, os consumidores e clientes, a comunidade, a sociedade e o meio ambiente” (Ethos, 2011).

A gestão empresarial que tenha como referência apenas os interesses dos acionistas (shareholders) revela-se insuficiente no novo contexto. Ele requer uma gestão balizada pelos interesses e contribuições de um conjunto maior de partes interessadas (stakeholders). A busca de excelência pelas empresas passa a ter como objetivos a qualidade nas relações e a sustentabilidade econômica, social e ambiental (Ethos, 2011).

Na medida em que as temáticas sociais e ambientais têm entrado nas agendas internacionais e dos governos nas últimas décadas, as empresas também passaram a se apropriar de tais questões, sobretudo, para atrair mais investimentos, melhorar sua imagem junto aos seus clientes e consumidores, em suma, para aumentar suas taxas de produtividade e lucro, intensificando a extração da mais-valia.

4.2. A Norma Técnica ABNT NBR ISO 26000: Diretrizes sobre Responsabilidade Social

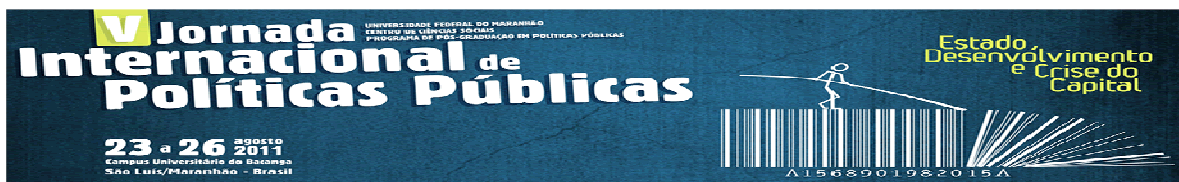
Com relação ao processo de produção das *Diretrizes sobre responsabilidade social*, logo em seu prefácio, é dito que o material foi elaborado.

por meio de um processo *multi-partite* que envolveu especialistas de mais de 90 países e 40 organizações internacionais ou com ampla atuação regional envolvidas em diferentes aspectos da responsabilidade social (...) [oriundos] de seis diferentes grupos de partes interessadas: consumidores; governo; indústria; trabalhadores; organizações não governamentais (ONG); serviços, suporte, pesquisa, academia e outros. (...) buscou-se um equilíbrio entre países em desenvolvimento e desenvolvidos (...) na elaboração dos grupos. Apesar de todos os esforços feitos para assegurar uma participação equilibrada de todos os grupos de partes interessadas, um equilíbrio total e equitativo (...) foi limitado por diversos fatores, inclusive a disponibilidade de recursos e a necessidade de conhecimento do idioma inglês (ABNT, 2011:v).

Nota-se uma clara intenção de passar uma imagem de processo democrático, participativo e transparente. Mas, no próprio trecho, assume-se que isto não foi possível por conta de carência de recursos econômicos e de barreira linguística. Nestas circunstâncias, participa quem tem condições econômicas e interesses diretamente ligados à questão da responsabilidade social. Chama a atenção não terem sido mencionadas as instituições e entidades participantes, nem os percentuais de cada uma das “partes interessadas”. Da mesma forma, não há menção sobre onde se possa encontrar sistematizações dos debates e alterações que levaram a este documento final. Quais teriam sido as contribuições, por exemplo, dos trabalhadores?

Desta forma, cabe ao leitor confiar, ou não, na veracidade das informações. Em relação à participação brasileira, segundo informações do sítio do Instituto Ethos⁸, em 2002, quando se cogitou desenvolver estas normas, o Instituto Ecofuturo figurava entre os primeiros oito componentes; em 2004, representantes da Suzano Papel e Celulose e da ABNT ocuparam os cargos de presidente e co-secretário do grupo composto com o organismo normatizador sueco, SIS, na liderança do Grupo de Trabalho de Responsabilidade Social da ISO. Atualmente, o Brasil conta com a seguinte composição em seu “comitê-espelho”, articulado pela ABNT, a partir de experiências positivas na área de engajamento de *stakeholders* (“partes interessadas”): Petrobrás e FURNAS, na categoria empresas; INMETRO e CSJT (Conselho Superior da Justiça do Trabalho), na categoria governo; GAO, na categoria ONGs; Idec (Instituto de Defesa do Consumidor), na categoria consumidores; Dieese e IOS (Instituto da Oportunidade Social), na categoria trabalhadores; Fundação Vanzolini e UFF, na categoria de serviços, suporte, pesquisa e outros. Por esta composição, é possível ter clareza de *a quê* e *a quem* serve estas normas. Na categoria trabalhadores, sindicatos, centrais sindicais, movimentos sociais e demais

⁸ <http://www.ethos.org.br/ISO26000/> Acesso em 22 de abril de 2011. Os nomes das pessoas físicas representantes das organizações foram suprimidos, mas encontram-se disponíveis no *site*.



formas de organização da classe trabalhadora são substituídas por outras mais adequadas, compatíveis e interessadas, que “falam em nome” dos trabalhadores, corroborando com o processo dito democrático. Ainda sim, falta o acesso às contribuições dos representantes de cada categoria para entender melhor o que está em jogo nesse processo.

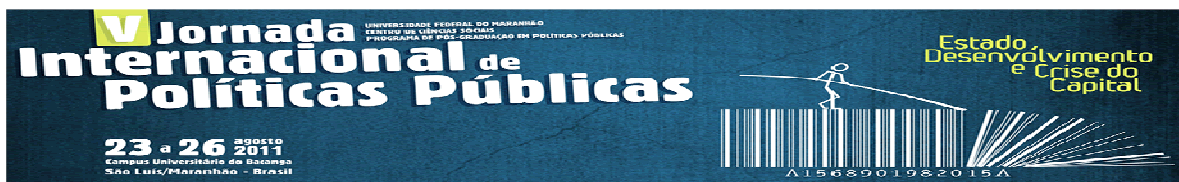
Quanto à estrutura do material, logo após o prefácio nacional e a introdução, seguem-se sete seções: (1) escopo; (2) termos e definições; (3) compreensão da responsabilidade social; (4) princípios da responsabilidade social; (5) reconhecimento da responsabilidade social e engajamento das partes interessadas; (6) orientações sobre temas centrais da responsabilidade social; (7) orientações sobre a integração da responsabilidade social por toda a organização.

Partindo-se de uma não dissociação entre a forma e o conteúdo do texto (Fairclough, 2001), é possível identificar, de forma bastante evidente, a lógica gerencial e mercantil do documento em questão. Seja na estrutura, adequada aos objetivos do material, seja no vocabulário empregado, a comodificação, isto é, o processo de colonização de discursos pelo discurso relacionado à produção de mercadorias, *commodities* (ibidem, p. 255), é uma tendência discursiva explícita aqui. Exemplos não faltam. Logo no começo da introdução, fala-se dos benefícios e vantagens do “comportamento socialmente responsável” (ABNT, 2011:vii) para as organizações (leia-se: empresas e organizações do terceiro setor), com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento sustentável. O desempenho em responsabilidade social da organização pode influenciar alguns fatores elencados no documento:

sua vantagem competitiva; sua reputação; sua capacidade de atrair e manter trabalhadores e/ou conselheiros, sócios e acionistas, clientes ou usuários; a manutenção da moral, do compromisso e da produtividade dos empregados; a percepção de investidores, proprietários, doadores, patrocinadores e da comunidade financeira; sua relação com empresas, governos, mídia, fornecedores, organizações pares, clientes e a comunidade em que opera (ibidem).

É nítida a preocupação com a melhoria das condições competitivas da organização dentro do mercado, indo desde a imagem, até a capacidade de obter financiamentos e o aumento da produtividade para gerar mais lucro aos seus proprietários.

Com relação ao papel do Estado, o documento é claro:



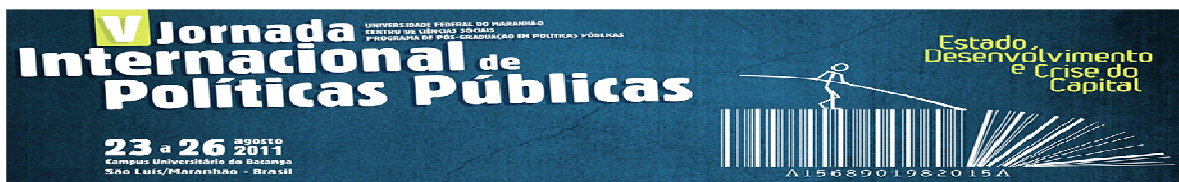
Esta Norma não pode substituir, alterar ou, de qualquer forma, mudar a obrigação do Estado de agir em nome do interesse público. (...) Pelo fato de somente o Estado ter o poder de criar leis e aplicá-las, ele é diferente das organizações. (...) O funcionamento adequado do Estado é indispensável para o desenvolvimento sustentável. O papel do Estado é essencial para assegurar a aplicação efetiva de leis e regulamentos de forma a promover uma cultura de cumprimento às leis. Organizações governamentais, como quaisquer outras organizações, podem usar esta Norma para informar suas políticas, decisões e atividades relacionadas aos aspectos da responsabilidade social. Os governos podem auxiliar as organizações em seus esforços para atuarem de forma socialmente responsável de muitas formas, como no reconhecimento e promoção da responsabilidade social. Entretanto, a responsabilidade social das organizações não é nem pode ser um substituto para o exercício efetivo dos deveres e responsabilidades do Estado (ABNT, 2011:10).

Além de não substituir o papel do Estado, esta Norma pretende complementá-lo. Dessa forma, é possível articular as dimensões coercitiva e educativa do Estado, tendo por base o conceito gramsciano de Estado ampliado ou integral, compreendendo a sociedade política (todo o aparato das leis, forças armadas, burocracia, governos) intimamente relacionada à sociedade civil (os aparelhos privados de hegemonia, em especial aqui, as organizações empresariais e do terceiro setor). Estas duas dimensões, por meio da criação e aplicação dos dispositivos legais e da produção e disseminação ideológica de determinados valores éticos e consolidação de hegemonia, são indispensáveis na conformação do tipo de sociabilidade que se quer instituir, que compatibiliza as questões sociais e ambientais com o padrão de expansão e acumulação do capital.

Vale analisar agora alguns dos termos e conceitos definidos no material. Para iniciar, a responsabilidade social é definida como sendo a

responsabilidade de uma **organização** (...) pelos **impactos** (...) de suas decisões e atividades na sociedade e no **meio ambiente** (...), por meio de um **comportamento ético** (...) e transparente que [:] contribua para o **desenvolvimento sustentável** (...), inclusive a saúde e bem-estar da sociedade; leve em consideração as expectativas das **partes interessadas** (...); esteja em conformidade com a legislação aplicável e seja consistente com as **normas internacionais de comportamento** (...); e esteja integrada em toda a **organização** (...) e seja praticada em suas relações. NOTA 1 Atividades incluem produtos, serviços e processos. NOTA 2 Relações referem-se às atividades da organização dentro de sua **esfera de influência** (...) (ABNT, 2011:4, grifos do original).

A perspectiva de um “comportamento ético”, aqui explicitada, além de não discutir o modelo econômico que acarreta nos impactos sociais e ambientais dos empreendimentos, limita-se às dimensões individual, ética e técnica, não incorporando a questão política como inerente às relações sociais e entre sociedade e natureza. Assim, ao não tocar no cerne da questão, as desigualdades estruturais em uma



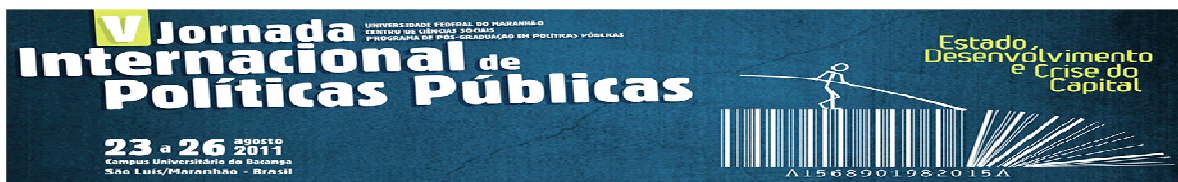
sociedade organizada em classes, limita-se o debate às esferas do consumo, separando-o da produção e da distribuição, e da mitigação de impactos de um modelo econômico intrinsecamente insustentável ambientalmente.

Consonante com essa lógica, “meio ambiente” é compreendido como “arredores naturais em que uma organização opera, incluindo ar, água, solo, recursos naturais, flora, fauna, pessoas, espaço sideral e suas inter-relações. Nesse contexto, arredores naturais estende-se do interior da organização até o sistema global” (ibidem, p. 2). Além da definição excluir os homens, mulheres e suas relações *na* e *com* a natureza, toma os elementos naturais (“recursos naturais”, outro exemplo da comodificação dos discursos) simultaneamente como espaço físico e como bens a serem apropriados pelas organizações sob a lógica privada-mercantil destas próprias.

Na mesma linha, a noção de “desenvolvimento sustentável” enquanto satisfação “[d]as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das futuras gerações de suprir suas próprias necessidades” (ibidem, p. 4) coloca a questão em termos de “gerações” e de “expressar as expectativas mais amplas da sociedade como um todo”, buscando diluir e silenciar os conflitos e disputas existentes no presente por diferentes formas de apropriação do meio ambiente e entre conflitantes modos de vida, uns pautados pelo valor de uso (povos tradicionais, populações indígenas, quilombolas, caiçaras, ribeirinhos, etc), outros pelo valor de troca, os quais mercantilizam os recursos naturais.

Quando se analisa de forma mais apurada os documentos da ONU que propuseram a ideia do desenvolvimento sustentável (DS), encontra-se um conteúdo que não questiona as práticas econômicas capitalistas, ao contrário, as preserva, associando desenvolvimento a crescimento econômico e à expansão do mercado. Dessa forma, no discurso oficial, o DS é pautado por princípios solidários, que buscam a compatibilidade entre preservação da natureza e justiça social. No entanto, isto não se sustenta do ponto de vista teórico, uma vez que “não há uma relação analítica consistente que indique a possibilidade de justiça social e ambiental no marco do modo de produção capitalista”. Dessa forma, o desejo de compatibilização baseia-se no plano moral e não no estrutural/cultural, isto é, as soluções para os problemas ambientais, nessa proposta, dependem unicamente “da superação individual de uma abstrata falta de capacidade de reconhecer o outro”.

A proposta de *desenvolvimento sustentável* baseia-se num discurso aparentemente não-ideológico e neutro, centrado em um *espírito* solidário, em uma



noção de valores universalmente válidos que orientam a humanidade, e em soluções tecnológicas e gerenciais de um ambiente reificado.

Com relação aos “grupos vulneráveis”, os formuladores do documento da ABNT que apresenta as diretrizes sobre a responsabilidade social entendem que são um

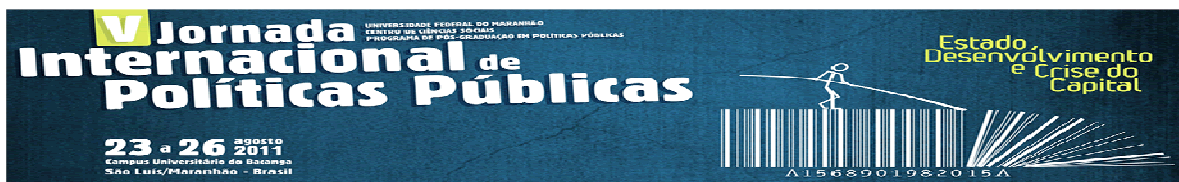
grupo de indivíduos que compartilham uma ou várias características que são a base para *discriminação* ou *circunstâncias adversas* sociais, econômicas, culturais, políticas ou de saúde, e que os priva de meios para gozar seus direitos ou igualdade de oportunidades (ABNT, 2010: 5, grifos nossos).

A existência de grupos vulneráveis na sociedade é reconhecida no discurso da RS, porém, como se vê, ela não é tratada como uma questão estrutural ou essencialmente política (esta dimensão é uma das últimas a ser mencionada, aliás), mas, ao contrário, é considerada como uma forma de “discriminação” ou de circunstâncias sociais adversas. O discurso empresarial, em momento algum, apresenta os nexos causais entre o modo de produção econômico que estrutura a sociedade e a existência de grupos sociais discriminados e/ou em situação de vulnerabilidade. Aqui, novamente, as formulações levam o debate para o plano ético, individualizante, reforçando a intenção de um discurso pautado na solidariedade e na ética universal.

5. O discurso do Estado sobre a Responsabilidade Social

Com o objetivo de demonstrar que não há diferenças entre os discursos empresarial e estatal no que diz respeito à RS, será analisado a seguir, o discurso do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), banco público indutor do desenvolvimento econômico e socioambiental que, dentre seus financiamentos, possui uma linha especial para investimentos sociais de empresas (ISE), cujo objetivo é elevar o grau de responsabilidade social empresarial.

O primeiro ponto a se destacar nessa análise é a legitimação que o Banco faz das instituições empresariais anteriormente citadas, o GIFE e o Instituto Ethos, que segundo o BNDES (2000:12 *apud* BNDES 2010), são as duas associações empresariais que se destacam no tema da cidadania empresarial no Brasil. O Banco destaca, de forma positiva, o fato de que ambas são inspiradas em organizações americanas similares, como o *Council of Foundations* e o *Business for Social Responsibility* (BSR). Para o BNDES, o Instituto Ethos é uma das principais



organizações a auxiliar as empresas na formulação e implementação de medidas de RS.

Essa legitimidade conferida ao setor empresarial traz como consequência a adoção, sem críticas ou modificações, da própria definição de RS pelo setor estatal, que afirma que o objetivo mais amplo de uma organização quando realiza ações de responsabilidade social é

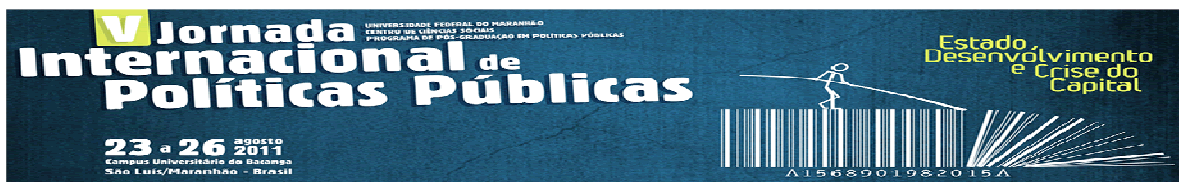
maximizar a sua contribuição para o desenvolvimento sustentável, respeitando os seguintes princípios: i) *accountability* (prestação de contas e responsabilidade); ii) transparência; iii) comportamento ético; iv) respeito pelos interesses dos *stakeholders*; v) respeito pelo estado de direito; vi) respeito pelas normas internacionais de comportamento; e vii) respeito pelos direitos humanos (BNDES, 2010:90).

Um outro ponto que merece destaque ao se analisar os documentos do BNDES sobre RS é o fato de existir uma linha de financiamento do Banco que prevê o apoio a investimentos sociais de empresas “que tenham como objetivo elevar o grau de responsabilidade social empresarial e que sejam voltados para a articulação e o fortalecimento de políticas públicas desenvolvidas nos diferentes níveis federativos” (BNDES, 2010:83).

Porém, cabe aqui um destaque para a definição do GIFE sobre investimento social privado como: “o *repasso voluntário de recursos privados* de forma planejada, monitorada e sistemática para projetos sociais, ambientais e culturais *de interesse público, de forma a contribuir para a justiça e a transformação social*” (BNDES, 2010:95, grifos nossos).

Ora, se existe uma linha de financiamento público para as empresas atuarem em projetos sociais, ampliando assim o seu grau de responsabilidade social, não é verdade então que o investimento em RS é sempre de natureza privada. Existe uma política pública que destina recursos financeiros públicos para que sejam realizados investimentos que se passam por privados, mas que, na realidade, são públicos! E o mais grave, os objetivos dos investimentos são definidos pelas empresas, que os desenvolvem com base no voluntariado e beneficiam os grupos sociais por elas escolhidos, sem um aparente controle por parte do Estado sobre os recursos investidos.

Segundo pesquisa do IPEA (2001:101), a maioria das grandes empresas declara que “não leva em consideração os investimentos governamentais”, ou seja, não se posiciona como contraparte de um atendimento social integrado. Desse modo, “fazem suas opções de investimento em função da credibilidade e da qualidade dos



projetos apoiados e não da possibilidade de interferir concretamente para o êxito das políticas públicas na área social”.

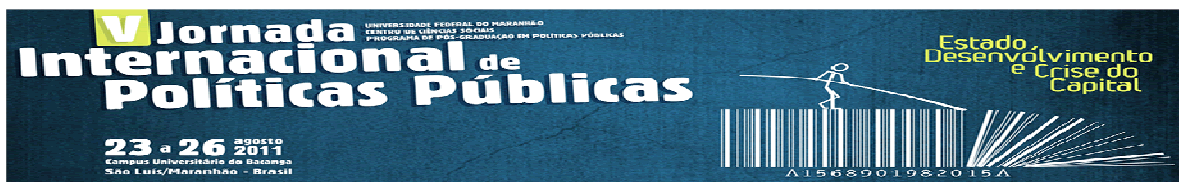
Destaca-se ainda que, ao pesquisar informações nos Relatórios do BNDES, disponíveis em seu sítio na Internet, não foi possível localizar informações sobre tais financiamentos. Não é possível consultar dados sobre quanto foi investido, nem quais empresas receberam esses recursos, muito menos se houve resultados.

O que se pretende com essa análise é demonstrar, ainda que de forma superficial, que Estado e mercado não estão em oposição, como apresenta o ideário neoliberal. De acordo com o que foi apresentado nos itens anteriores, existe uma relação íntima entre ambos e são essas relações as responsáveis pela manutenção e reprodução do sistema capitalista de produção. O Estado, ao destinar recursos públicos ao setor empresarial, possibilita a expansão do mercado e beneficia os grupos econômicos que já estão no poder.

O caso em questão é grave e emblemático, porque o Estado está disponibilizando recursos para que o setor econômico cumpra, em alguns casos, obrigações legais. Isso porque, entre os financiamentos do BNDES existe uma linha denominada de subcrédito social, voltada para empréstimos associados a projetos econômicos, cujo propósito é “maximizar as externalidades sociais positivas – incluindo a correção e a mitigação de eventuais impactos negativos – relacionadas aos empreendimentos financiados” (BNDES, 2010:85 grifos nossos). Ora, se existe uma legislação ambiental⁹ que preconiza que a responsabilidade pela mitigação e compensação ambiental é exclusivamente do empreendedor, como um banco estatal poderia fazer empréstimos a empresas para que elas cumpram a sua obrigação legal? O que agrava ainda mais essa situação é o fato de que, entre as regras do BNDES para esses financiamentos, existe uma proibição explícita sobre empréstimos com finalidade de cumprir obrigações legais. Sendo assim, como saber ao certo *para quem* e *para quê* esses recursos são direcionados?

Ainda que tais empréstimos não estejam ocorrendo ou que estejam sendo direcionados a projetos onde não se constatarem impactos socioambientais de

⁹ A legislação ambiental determina que os custos do licenciamento ambiental são de exclusiva responsabilidade do empreendedor, desde a elaboração dos estudos de impacto ambiental (EIAs), na fase de pré-licença, até à implementação dos projetos de mitigação, compensação, recuperação e monitoramento, que são medidas obrigatórias e condicionantes da Licença de Operação. As principais diretrizes para a execução do licenciamento ambiental estão expressas na Lei 6.938/81 e nas Resoluções CONAMA nº 001/86 e nº 237/97. Além dessas, o Ministério do Meio Ambiente emitiu recentemente o Parecer nº 312, que discorre sobre a competência estadual e federal para o licenciamento, tendo como fundamento a abrangência do impacto. Mais informações em: <http://www.ibama.gov.br/licenciamento/index.php>



empreendimentos, as regras de financiamento elaboradas por um banco público, responsável pelo desenvolvimento econômico e socioambiental do país, deveriam priorizar projetos propostos por organizações sociais que sofrem os impactos socioambientais de grandes empreendimentos e não para empresas que os promovem e que, além disso, obtêm imensos lucros com seus empreendimentos, os quais, em grande parte, já são financiados pelo próprio BNDES¹⁰.

Tendo em vista as inúmeras estratégias desenvolvidas pelo Estado, voltadas ao fortalecimento e expansão do mercado, fica evidente a necessidade de uma ideologia que disfarce e dificulte a percepção de tais estratégias por parte dos demais grupos, agentes e classes sociais, ou que as naturalize diante da opinião pública, de forma a convencê-la de que esse caminho é o único possível. E a educação tem um papel fundamental nesse aspecto. Não é à toa que o próprio BNDES (2010:108) reconhece que os principais investimentos de RS estão voltados para cursos de capacitação e formação profissional.

É interessante perceber que o Estado, ao deslocar recursos públicos para o setor empresarial cumprir funções sociais, alivia os custos dos investimentos privados, garantindo a expansão do mercado em outras áreas, além de promover a disponibilização de recursos para serem aplicados em projetos sociais, capitalizando o terceiro setor, que é o maior executor de tais ações. Ao mesmo tempo em que essa verdadeira ciranda financeira ocorre, as ações de RS desenvolvidas pelas empresas produzem e reproduzem a sociabilidade da “Terceira Via”, naturalizando e legitimando o repasse das funções sociais do Estado para a sociedade civil.

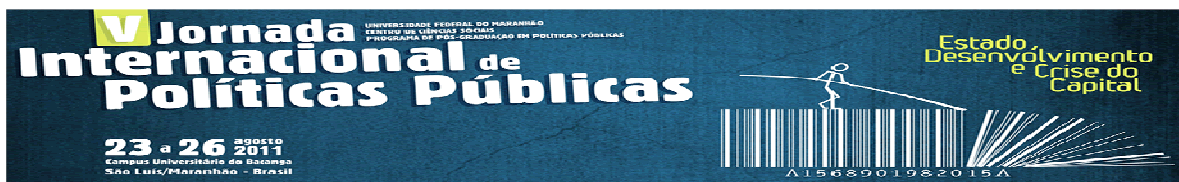
6. EA e RS na escola: o exemplo de Teresópolis, RJ

Para exemplificar como a EA se relaciona com a questão da reprodução da sociabilidade da “Terceira Via”, será apresentado nesse item o resultado de uma pesquisa de mestrado realizada com escolas públicas do município de Teresópolis, no Rio de Janeiro. A pesquisa teve o objetivo de avaliar a contribuição dos projetos empresariais para as questões fundamentais indicadas pelo MEC no relatório “O que fazem as escolas que dizem que fazem EA?” (2006).

A pesquisa em Teresópolis abrangeu as treze escolas do segundo segmento da rede municipal e outras doze escolas do primeiro segmento, num total de 25

¹⁰ Dados disponíveis em:

http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/BNDES_Transparente/Aplicacao_dos_Recursos_Financeiros

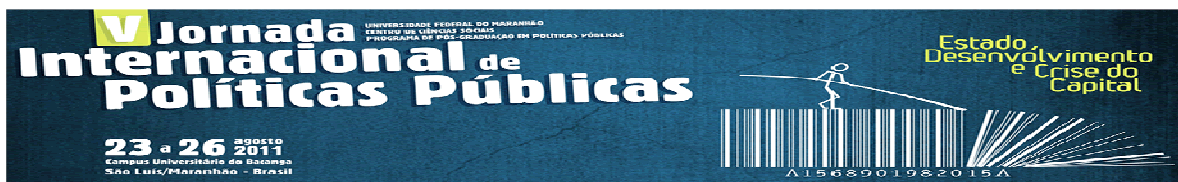


unidades escolares, o que representa 33% da rede municipal. O questionário utilizado como ferramenta para coleta de dados nas escolas foi feito pelo Inep para a pesquisa do MEC, em 2006, e aproveitado na pesquisa em Teresópolis (2009-2010). O público respondente do questionário foi composto por diretores, orientadores pedagógicos e professores.

A pesquisa identificou uma maior participação das empresas (43,4%) do que das organizações sociais – nomeadas aqui como Organizações Não Governamentais - ONGs (26,6%). Este dado evidencia que as empresas presentes nas escolas com projetos de EA atuam diretamente, sem nenhuma ou com pouca mediação de ONGs. A maioria das escolas (94,7%), respondeu que os projetos de EA ocorrem através da integração entre duas ou mais disciplinas e a partir de questões socioambientais ligadas aos conteúdos disciplinares (91,4%). Isto demonstra que a inserção da EA nas escolas ocorre de forma intimamente ligada às disciplinas escolares. Outra importante característica identificada foi que quase metade das vinte e cinco escolas (43,5%) afirmou não integrar a EA aos seus projetos políticos pedagógicos (PPP). Nas escolas em que há parceria com as empresas este número é ainda menor (40%).

Do que foi possível apreender na pesquisa em Teresópolis, constatou-se que a interdisciplinaridade se materializa através de projetos, com participação cada vez mais comum de empresas na sua condução. O papel diminuto do PPP na inserção da EA nas escolas é evidenciado na análise sobre os projetos. Entre as escolas com parcerias junto a empresas, nenhuma delas afirmou ter os projetos de EA integrados ao PPP. Entre as escolas pesquisadas, 82,7% afirmaram que os projetos de EA são realizados por meio da resolução de problemas. No caso das escolas com projetos de EA em parceria com as empresas, este número é de 100%. Um indicador da forte presença dos projetos de EA das empresas nas escolas públicas.

A pesquisa identificou que os projetos sob o enfoque da solução de problemas são organizados em torno da escolha de temas geradores. A interferência das empresas na escolha dos problemas que os projetos trabalham incide diretamente na escolha do tema gerador trabalhado pela escola. A escolha dos temas geradores é feita por orientadores pedagógicos, diretores, alunos e professores, variando conforme o nível de democracia e participação na escola. Apesar disto, sendo os objetivos e a metodologia dos projetos formulados pelas empresas, a escolha dos temas geradores trabalhados pelas escolas fica subordinada a esta parceria. Assim, os principais temas



tratados nos projetos de EA das escolas em Teresópolis, segundo a pesquisa, são aqueles propostos pelas empresas: água e reciclagem.

Nos exemplos estudados, os problemas a serem “resolvidos” e que orientam o enfoque dos projetos foram escolhidos segundo os interesses das empresas, sem a participação e consulta aos professores ou à equipe de direção, apesar da existência de graves problemas socioambientais na cidade, como os que se relacionam com as causas do desastre humanitário ocorrido em janeiro de 2011. Não se constatou, por exemplo, referências a projetos de EA relacionados a problemas rurais, o que causa estranheza em se tratando da maior região produtora de hortaliças do estado. Problemas relativos à intoxicação dos trabalhadores por agrotóxico, grave consequência do agronegócio que abastece os centros urbanos, ou a falta de habitação paralela ao crescimento da especulação imobiliária da cidade, não são tratados nos projetos de sustentabilidade dos empresários de Teresópolis. Ao invés disto, os projetos focam a conscientização e se baseiam em uma ação pedagógica não contraditória aos interesses empresariais. A EA neste tipo de proposta, ao contrário de servir à transformação, acaba por servir como instrumento do conformismo e de reprodução da sociabilidade da “Terceira Via”.

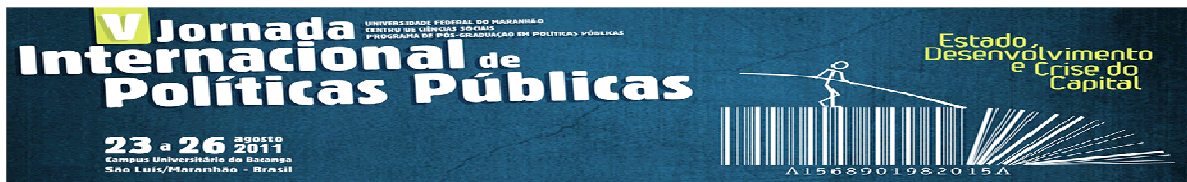
Considerações Finais

Com os exemplos, análises e argumentos produzidos ao longo do texto é possível afirmar que o projeto de sociabilidade da “Terceira Via”, ancorado no discurso da responsabilidade social, da cooperação entre classes e do diálogo idealizado, não expressa nenhum movimento significativo de ruptura com as relações sociais capitalistas e de construção de um novo padrão societário. Pelo contrário, reforça a ideologia liberal por meio do uso discursivo de que esta nova sociabilidade é o que há de possível e mais adequado no cenário contemporâneo.

Observamos nas práticas dos projetos de educação ambiental na escola, promovidos por empresas, a reprodução desse discurso, que encontra no âmbito de ações educativas despolitizadas, com forte apelo ético-moral descolado da materialidade das estruturas econômicas e político-institucionais, um fecundo meio de promoção de seu ideário e construção de hegemonia de sentido.

Referências bibliográficas

ABNT. ABNT NBR ISO 26000 – **Diretrizes sobre Responsabilidade Social**. Rio de Janeiro: ABNT, 2010.



- BNDES – BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. “Responsabilidade social de empresas: uma análise do financiamento do BNDES a investimentos sociais de empresas na comunidade”. Rodrigo M. Leal & Roberto Oliveira das Neves In: **Revista do BNDES 33**, junho 2010. Rio de Janeiro. P: 84-122. BNDES-AS/GESET, 2010. Disponível em: www.bndes.gov.br.
- FAIRCLOUGH, N. A dialética do discurso. **Revista Teias**, v. 11, n. 22, pp. 225-234, 2010. (Traduzido por Raquel Goulart Barreto)
- _____. **Language and globalization**. Londres e Nova Iorque: Routledge, 2006.
- _____. **Discurso e mudança social**. 1ª edição. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.
- GIDDENS, A. **Para além da esquerda e da direita. O futuro da política radical**. Tradução de Álvaro Hattner. São Paulo: Editora da UNESP, 1996.
- _____. **A terceira via: reflexões sobre o impasse político atual e o futuro da social-democracia**. Rio de Janeiro: Editora Record, 1999.
- _____. **A Terceira e seus críticos**. Tradução de Rita Vinagre. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- _____. (ORG.). **O debate global sobre a Terceira Via**. Tradução de Roger Maioli dos Santos. São Paulo: Editora Unesp, 2007.
- IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Bondade ou interesse? Como e porque as empresas atuam no social**. In: PELIANO, A. M. M. (coord.). Brasília: IPEA, 2001. Disponível em: www.ipea.gov.br/acaosocial. Acesso em: 08.05.11.
- LEHER, Roberto. **Neoliberalismo se apropria da idéia de “inclusão” para privatizar a educação**. Jornal dos Sem Terra. Nº 308, NOV-DEZ, 2010.
- LIMA, K. R. S. e MARTINS, A. Pressupostos, princípios e estratégias. In: NEVES, L.M.W. (Org.). **A nova pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso**. São Paulo: Xamã, pp. 43-68, 2005.
- LOUREIRO, C.F.B. **Sustentabilidade e educação: um olhar da ecologia política**. (no prelo).
- MARTINS, André S. **A direita para o social: a educação da sociabilidade no Brasil Contemporâneo**. Juiz de Fora: UFJF, 2009.
- _____. **Todos pela Educação: o projeto educacional de empresários para o Brasil Século XXI**. Disponível em <http://www.anped.org.br/reunioes/31ra/1trabalho/GT09-4799--Int.pdf> Acesso em 05 de junho.

UM CASO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA CONSTRUÇÃO DE UMA POLÍTICA PÚBLICA: a PMEa e o ProMEa Mesquita/RJ

Ana Maria Marques Santos¹¹

RESUMO

Este trabalho sistematiza parte de pesquisa sobre o campo da participação popular e das políticas públicas em educação ambiental (EA), no município de Mesquita. Esta, privilegiou atividades de pesquisa-ação participativas, destacando o protagonismo da comunidade envolvida, e estratégias para a geração e socialização de conhecimentos da EA Crítica durante a produção de políticas públicas municipais desse campo. Destaca que tal protagonismo não se deu harmonicamente, tendo em vista os diversos interesses socioambientais existentes na sociedade, bem como, a necessária formação crítica dos agentes que constituem o campo da EA e a fazem acontecer cotidianamente, em especial, no âmbito da escola.

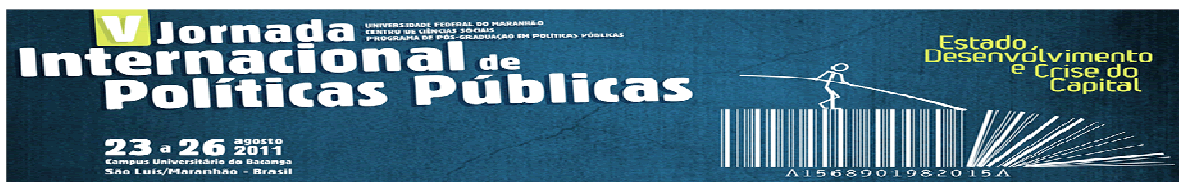
Palavras-Chave: Educação Ambiental – Participação Popular – Políticas Públicas

ABSTRACT

This work systematized part of research into the field of popular participation and public policy on environmental education (EE) in the municipality of Mesquita. This, activities focused participatory action research, emphasizing the role of the community involved, and strategies for generating and sharing of knowledge and the Critique of during the production of municipal public policies in this field. Stresses that such leadership has not harmonically, in view of the various social and environmental interests in society, as well as the necessary training agents that are critical of the EE field and make it happen every day, especially within the school.

Keywords: Environmental Education - Public Participation - Public Policy

¹¹ Doutoranda - EICOS/UFRJ. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRuralRJ). anamarques.ufrj@gmail.com.



1. INTRODUÇÃO

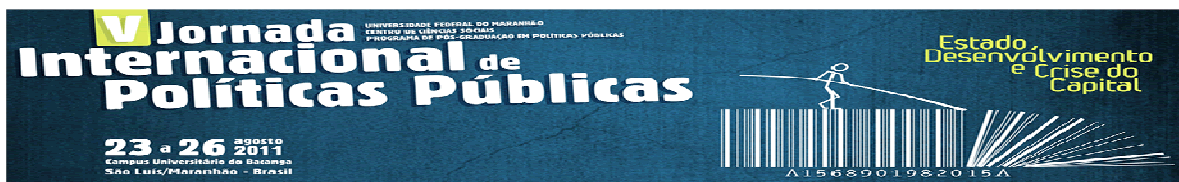
Este trabalho propõe apresentar de modo sistemático parte das ações de pesquisa e extensão realizadas pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRuralRJ, Campus Nova Iguaçu e a Prefeitura Municipal de Mesquita/RJ, por meio das Secretarias Municipais de Meio Ambiente/SEMUAM e de Educação/SEMED, no decorrer dos anos de 2009 e 2010. Esta iniciativa conjunta se refere a um processo de construção participativa de Política Pública Municipal em Educação Ambiental. Além das instituições descritas, o trabalho contou também com o apoio e participação da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, e do Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA-RJ.

A análise e descrição de algumas sistematizações e reflexões sobre os registros, observações e documentos, realizadas nesse período, no que concerne ao campo da participação e das políticas públicas em educação ambiental, compõem, então, o objetivo desse trabalho.

Julgamos ser fundamental de registrar e destacar, além da relevância acadêmica de produção de conhecimentos em área pouco explorada na educação ambiental (políticas públicas), a capacidade intelectual e de reflexão crítica dos agentes sociais envolvidos: professores-pesquisadores, alunos, profissionais da educação, representantes de diversos segmentos sociais, universidades e governo local envolvidos, que, em conjunto, e em formação continuada, no decorrer de dois anos, assumiram constituir uma Comissão de Consulta Pública (CCP), visando à construção de bases para a criação de políticas públicas em Educação Ambiental no município indicado.

O projeto que propiciou esta pesquisa, teve por finalidade promover a aproximação universidade-comunidade, em busca de reconhecer e mapear atividades municipais de cunho socioambiental realizadas, ou que se apresentassem como potenciais no município, bem como as ações participativas da Sociedade Civil e do Governo, tendo em vista a apropriação de experiências acerca do controle social, durante aquela construção.

Nessa linha, a realização do projeto também assumiu as caracterizações das dimensões de ensino e extensão, uma vez que todo o processo de construção participativa foi considerado formativo, na perspectiva da educação enquanto



formação humana (LOUREIRO, 2008a,b; SAVIANI, 2003), com legitimação e reconhecimento formal da universidade junto aos seus participantes. Igualmente, em termos de metodologia adotada, assumimos pressupostos teórico-metodológicos em educação ambiental norteados pela Pesquisa-Ação Participante (THIOLLANT, 2000), assim como, pela compreensão da dialética emancipatória, ambas, destacadas por (LOUREIRO, 2008a, p.8,9), em que,

o próprio processo de pesquisa é parte da experiência educacional e vice-versa. Aprendemos fazendo, refletindo, teorizando e pesquisando; a ação educativa emancipatória pela pesquisa visa apoiar e estimular a manifestação de indivíduos e grupos na transmissão e recriação do patrimônio cultural. Objetiva também vincular o processo educativo às práticas políticas e econômicas.

Tal caracterização da pesquisa, desenvolvida através da pesquisa-ação e ênfase no método dialético histórico de Marx (TREIN, 2003), em especial no que tange a vinculação dos processos educativos às práticas políticas e econômicas, justifica-se não só por sua capacidade de apreender o movimento do real, mas também dada a colonialidade da nossa modernidade, que marcada pelo estilo e forma de viver liberal, é de fato destinada a poucos (dominação de classe) e, por si essencialmente injusta (PORTO-GONÇALVES, 2006). E ainda, sendo a 'sustentabilidade' moderna, pautada nessa mesma lógica, "pode-se concluir que a permanência de tal padrão dependerá, cada vez mais, tanto da manutenção das injustiças e das desigualdades sociais, quanto da sobre-exploração dos recursos ambientais (QUINTAS, 2010, p.64)". Não é objeto deste texto tratar de questões voltadas para as formas de entendimento e encaminhamento de superação da 'crise ambiental', mas, cabe registrar que ao se assumir aqui a abordagem crítica da Educação Ambiental¹², considera-se que as vertentes da ecoeficiência, compatibilistas e de proteção do ambiente natural sob o prisma da reforma social para a reprodução do modo de produção capitalista (QUINTAS, 2010) apresentam-se como formas mitigadoras ou legitimadoras das relações sociais de expropriação e dominação. O efeito pedagógico disso é a naturalização e desistoricização da degradação em curso e o fomento a um processo educacional desvinculado do seu caráter histórico, político e econômico.

¹² Sobre as concepções aqui tomadas, pode-se sumariamente definir a Educação Ambiental crítica, como aquela que historiciza as relações sociais na natureza e estabelece como premissa básica a negação de pré-existências; emancipatória, por almejar a autonomia e a liberdade dos agentes sociais; e, transformadora, por visar às mudanças societárias simultâneas das condições subjetivas e objetivas dos sujeitos sociais. Logo, assume-se a postura democrática e sustentável no plano de paridade e da justiça social (LOUREIRO, 2004a, 2008).

Em termos de procedimento metodológico, este artigo parte da descrição do município e do processo instituído para então, em seguida, realizar a análise e indicar os resultados. Como instrumento de pesquisa para a obtenção das informações utilizadas, utilizou-se basicamente da análise de documentos e dos registros das observações participantes.

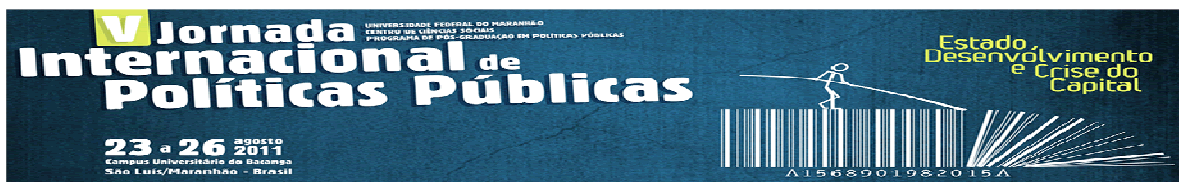
2. Um breve histórico da cidade

A cidade de Mesquita possui um histórico de lutas e participação, desde a sua ocupação por índios Jacutingas datada de 500 anos, até a escravidão, período pós-colonial e de industrialização. A região que outrora fora produtora de laranja e cana de açúcar, em terras onde hoje se encontra o Parque Natural Municipal de Nova Iguaçu - Gleba Modesto Leal¹³, com a chegada da estrada de ferro e o pós-abolição, teve seu foco voltado para as olarias pela abundância de barro e alagadiços (SILVA, 2007).

Já em 1950, surgem loteamentos vindos com as fábricas que ajudaram a impulsionar a economia da região: BRASFERRO, metalúrgica de grande porte; a IBT, também metalúrgica; e a PUMAR, indústria de sombrinhas. Começava então o período de industrialização que iria empregar centenas de moradores mesquitenses e adjacentes.

O primeiro movimento pela emancipação da cidade surgiu no início da década de 50, havendo registros de reuniões comunitárias datadas de 1957 (SILVA, 2007). O movimento pela emancipação de Mesquita está no topo de uma série de outros que surgiram no mesmo período, como os de Nilópolis e de São João de Meriti, os quais se tornaram municípios em 1947, respaldados pela Constituição Brasileira de 1946, a qual garantiu, pela primeira vez, a repartição de receitas federais, incluindo os municípios.

¹³ Mesquita abriga 2 mil 264 hectares de Área de Proteção Ambiental (APA), que faz divisa com os municípios de Nilópolis, Rio de Janeiro e Nova Iguaçu. A criação da APA visa à preservação do conjunto natural e paisagístico com ênfase na proteção e preservação florestal e na qualidade das águas e mananciais dos rios Dona Eugênia, Canal do Socorro e Rio da Serra do Gericinó. O decreto número 456, de outubro de 2006, dispõe sobre a criação da APA. Nas encostas da APA moram agricultores que cultivam frutas e hortaliças, especialmente manga, caqui e mandioca, e encontra-se parte da Gleba Modesto Leal – Parque Municipal de Nova Iguaçu, com 1.100 hectares de natureza, cultura e história. Em junho de 2004 foi oficializado o primeiro Geoparque do Brasil que abriga um vulcão extinto há 72 milhões de anos (www.mesquita.rj.gov.br).



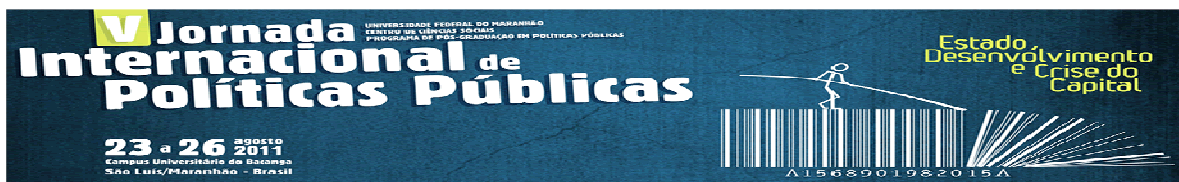
Em 1957 o processo de emancipação não foi avante. Em 1980, através da realização de plebiscitos, o movimento pela emancipação da cidade retorna. Em tempo de abertura política no Brasil, movimentos sociais e políticos retomam as discussões através de movimentos organizados, principalmente com as associações de moradores: “quando a discussão ressurge, ela passa necessariamente pelas lideranças que compõem o movimento social e político, revelando posições pró e contra a emancipação (PMEA; ProMEA, 2010, p.18)”.

Essa marca de movimentos organizados na Baixada Fluminense recebe grande influência das práticas participativas populares oriundas de várias vertentes, mas, no caso da localidade, são: a) do movimento das comunidades eclesiais de base no Brasil e na América Latina, o qual, em Nova Iguaçu, torna-se forte, em especial para a juventude e para a educação popular; b) do movimento de fé e política; c) da universidade popular da Baixada com cursos para lideranças comunitárias, dirigidas por Dom Adriano Hipólito, Bispo Diocesano, grande incentivador das práticas participativas em busca de justiça social para o povo da Baixada Fluminense, em especial, para a juventude trabalhadora, as associações de bairro e o próprio Partido dos Trabalhadores (PMEA; ProMEA, 2010).

Ocorrem nos tentativas infrutíferas em 1987, vinte anos após o primeiro movimento e, depois, também em 1993. Em 1995, ocorre o terceiro plebiscito, agora marcado por uma divulgação maior, tanto pelos meios de comunicação, como por meio da própria população. Segundo relatos de moradores que participaram ativamente desse processo, o dia do plebiscito foi uma festa, apagada no final da noite quando o Tribunal Regional Eleitoral, responsável pela apuração, proclamou o resultado: cerca de 44 mil eleitores votaram, todavia o quorum exigido era de 48 mil eleitores (PMEA; ProMEA, 2010).

Somente após quatro anos de processos judiciais, em 25 de setembro de 1999, Mesquita foi elevada à categoria de cidade. Assim, Mesquita, situado na faixa de médio a grande porte entre os municípios do Brasil, é o mais novo município do Estado do Rio de Janeiro (SILVA, 2007).

A exemplo de sua tradição participativa, o município possui hoje três Cooperativas Populares de Reciclagem de Resíduos Sólidos que fazem parte do Programa de Coleta Seletiva da cidade, Cooperativas de artesãos, Sindicatos de



Professores e de Produtores Rurais, várias Associações de Moradores, Grêmios de Futebol e de Samba, Comunidades Tradicionais Indígenas, Quilombolas e Ciganas, inúmeras e diversas comunidades religiosas, entre outras. Além disso, outras ações, não somente do âmbito das questões socioambientais, podem ser encontradas na cidade, sejam elas associadas às ações educativas formais ou às não formais. Dentre tais ações, são destaques as participações da sociedade civil popular, em Conselhos, Comissões, Fóruns Permanentes, Câmaras Técnicas, Audiências e outros espaços públicos de constituição e decisão.

Destacamos aqui a importância do processo sócio-histórico da cidade para a realidade concreta da Baixada Fluminense. O município de Mesquita, hoje, é o primeiro da Baixada a constituir, mais organicamente, políticas públicas no âmbito socioambiental que agem e interagem com a comunidade local e com os municípios adjacentes, articulando suas demandas às políticas do Estado do Rio de Janeiro e às políticas Nacionais (PMEA; ProMEA, 2010).

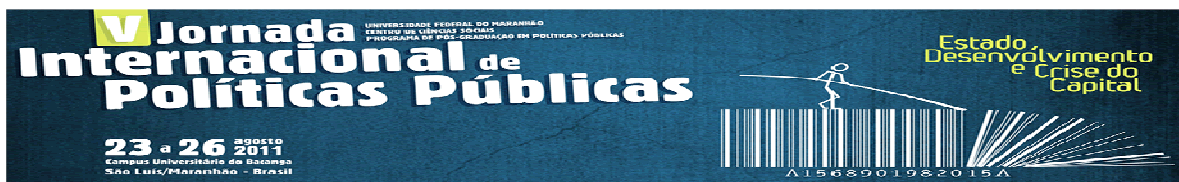
Quanto às gestões de governo cremos também ser importante registrar. O primeiro governo do PMDB, 2001-2004 que se anunciou como 'o emancipador', foi sucedido por dois mandatos consecutivos do PT, 2005-2012 (previsão), a partir de lideranças políticas 'formadas' na cultura participativa do município, incluindo o atual prefeito e vários secretários e responsáveis por segmentos de governo, entre eles, a SEMUAM e a SEMED.

3. Sob o olhar, o campo de pesquisa – a CPP

Uma vez concebida como uma prática social, "como tudo aquilo que se refere à criação humana na história (LOUREIRO, 2007b, p. 66)", compreendemos que a Educação Ambiental necessita, numa leitura/intervenção de mundo, apoiar a vinculação dos processos ambientais e sociais (TONZONI-REIS, 2002), pois são indissociáveis, a fim de aproximar tal prática social da realidade concreta (KOSIK, 2002), e do co-existir de sujeitos e natureza (LOUREIRO, 2007a).

Foi a partir da compreensão desse princípio de indissociabilidade entre processos ecológicos e sociais que a CPP, formada a partir de representações¹⁴ da

¹⁴ Nas duas etapas do Projeto (Política e Programa), participaram professores de vários segmentos da rede, associações de moradores, escolas privadas e estaduais, representações religiosas (católica e protestante), associação de mulheres e de catadores, sala verde, centro de educação e justiça ambiental, servidores da SEMUAM, SEMED, Defesa Civil e docentes e discentes de graduação e pós-graduação da UFRRJ, campus Nova Iguaçu e



sociedade civil organizada e do governo municipal, trabalhou na construção da Política de Educação Ambiental do Município de Mesquita e, logo, para o seu desdobramento na construção do Programa de Educação Ambiental Municipal ProMEA - Mesquita.

O desenvolvimento das etapas e das atividades desse processo buscou integrar: as atividades de pesquisa-ação participativa, investigação-ação participante e outras metodologias e técnicas que destacassem o protagonismo da comunidade envolvida; as estratégias para a geração e socialização de conhecimentos da Educação Ambiental crítica; a mobilização comunitária; e o desenvolvimento de um projeto que teve como foco a geração de política e programa destinados ao Município no âmbito da Educação Ambiental crítica, sustentável e democrática.

Durante o período de vinte e dois meses de março de 2009 a dezembro de 2010 -estudo, formação, levantamento de dados e de realidades foram realizados pela CPP, seguindo um cronograma de ações e de encontros, na busca de delinear um documento norteador da Política Ambiental e dos apontamentos possíveis para a construção do Programa de Educação Ambiental do Município.

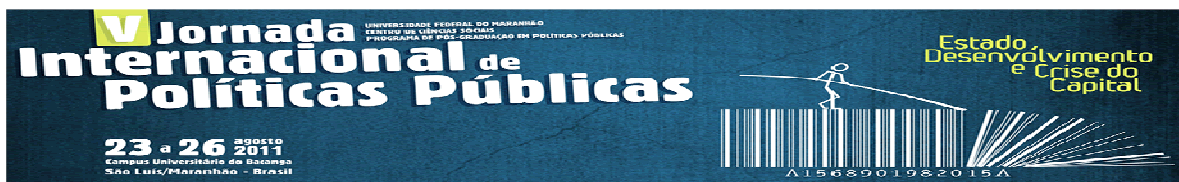
Ao todo, foram realizados quatorze encontros, uma conferência, um encontro intermunicipal, a participação no VI Fórum em 2009 e três audiências públicas, além da criação de uma rede online, Rede_PROMEA¹⁵, com o intuito de dar suporte aos encontros presenciais, na viabilização de textos, estudos, instrumentos, datas, informações, e comunicados relevantes e urgentes, atuando como um suporte e apoio comunicacional no desenvolvimento do trabalho. Nesse sentido, houve a preocupação da aprovação e certificação prévia junto a todos os participantes de que os mesmos contariam com reais condições de acesso à mesma, a fim de torná-la um instrumento facilitador e democrático para a CPP.

Sobretudo e em quase sua totalidade, as atividades aconteceram em horário noturno¹⁶, com raras exceções, tendo como sede dos encontros, a Escola Municipal

Seropédica. Inicialmente, envolveram-se, de 80 pessoas, e ao longo de dois anos houve variações, alternâncias e substituições de representação, assim como, esvaziamento, tendo em média, em torno de trinta (30) participantes com pelo menos , 75% de presença em todo o processo.

¹⁵ http://br.groups.yahoo.com/group/Rede_ProMEA/

¹⁶ Uma vez que não conseguimos a garantia de espaço de formação em serviço para os professores da rede, com exceções de servidores de algumas escolas municipais e estaduais, e de servidores municipais das Secretarias de



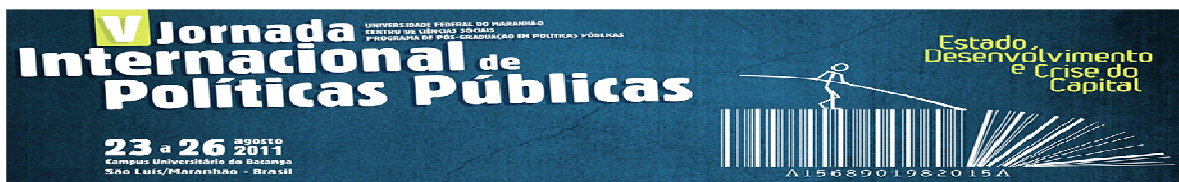
Ely Baiense Vailante, alternando-se com a Sala de Cinema Zelito Viana (auditório da prefeitura), a Sala Verde e o Centro de Justiça Ambiental, além de demais espaços externos, como a UFRJ, UFRRJ e o IBAMA/RJ. Nas audiências, registradas em diário oficial, foram validadas as produções documentais do processo. Ademais, pautada em uma reflexão prático-teórica, essa proposta de trabalho coletivo foi viabilizada com a mobilização participativa da sociedade civil. Desta forma, o contato inicial com a população foi estabelecido com quase um ano de antecedência ao projeto, a partir das participações sociais já existentes nas várias formas e espaços de representação pública no município. Em alguns desses espaços a Universidade já vinha tendo lugar e acento como na I Conferência Municipal de Meio Ambiente, no Conselho da Cidade; no Fórum da Agenda 21 Local, ligado à Comissão de Construção do Plano Diretor e Abairramento. Além de contato como os demais espaços de debate público existentes, como das representações e interlocuções escolares; dos Projetos com os Catadores e Cooperativas de Reciclagens; da Agenda 21 Escolar; das Representações de Governo e dos dois Cursos de Pós-Graduação Latu-Sensu realizados para os professores da rede, um voltado para a formação em Educação de Jovens e Adultos e o outro para a Infância, na Educação de crianças de 0 a 10 anos.

Assim, após o planejamento inicial, o projeto ocorreu em três etapas. Com a convocação da população a partir das representações existentes e com o convite a tantas outras representações, na etapa inicial, formou-se o que denominamos CPP e iniciou-se, coletivamente, a busca de garantir a compreensão e o reconhecimento das Políticas e dos Programas Nacional e Estadual, das Leis Nacionais Constitucionais e de Educação¹⁷ e das ações em EA já realizadas no município. Esse processo se deu, em especial, a partir do mapeamento de ações, problemas e questões socioambientais feito pelo Fórum Municipal da Agenda 21, o qual já havia desenvolvido tal trabalho durante os nove meses que antecederam o início dos trabalhos da CPP considerado o processo de construção participativa do Plano Diretor da cidade.

Na segunda etapa, a partir das orientações legais que passaram a considerar as reais condições locais do município, ocorreram encontros, oficinas e debates com

Meio Ambiente e Educação que assumiram a CPP, bem como para a população participante, que dada sua realidade concreta de tempo e condições laborais, dispunham apenas do período noturno para participarem do processo.

¹⁷ Política Nacional de Educação Ambiental. Lei nr. 9.795, de 27 de abril de 1999; Decreto Nº 4.281, de 25 de junho de 2002; LEI ESTADUAL. Lei 3325, de 17 de dezembro de 1999; Programa Nacional de Educação Ambiental – ProNEA. MEC/MMA, 2005; Constituição da República Federativa do Brasil. 1988; LDB. 9394/1996.

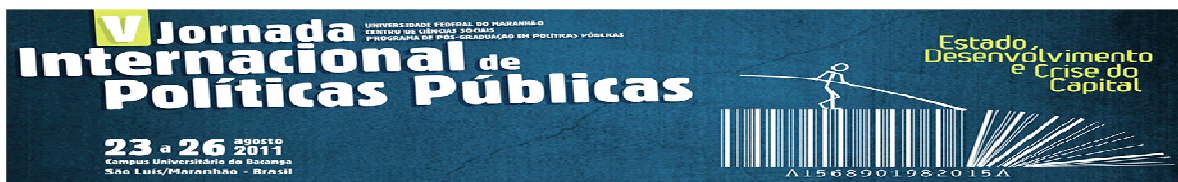


os representantes da comunidade local, focando “as especificidades dos grupos sociais, o modo como produzem seus meios de vida, como criam condutas e se situam na sociedade, para que se estabeleçam processos coletivos pautados no diálogo, na problematização do mundo e na ação” (LOUREIRO, 2007, p.29) - o grifo é nosso. Tal etapa resultou na construção coletiva do texto da Política de Educação Ambiental do Município, Lei 601, aprovada pela Câmara Municipal em 29 de dezembro de 2009. Essa Lei preconiza, em seus princípios básicos, “a garantia de continuidade e permanência do processo educativo a todos os indivíduos e grupos sociais (inciso V)” e, em seus dispositivos gerais, Art. 6, garante a implementação da PMEA, “por meio do Programa Municipal de Educação Ambiental a ser criado por instrumento legal municipal e que deverá se caracterizar por linhas de ação, estratégias, critérios, instrumentos e metodologias”.

A terceira etapa, - que se desdobrou na organização do Programa Municipal de Educação Ambiental ProMEA – Mesquita, em continuidade a problematização da realidade local, dos programas dos projetos já existentes no município e das experiências¹⁸ de outros municípios e estados do país, sempre norteados pela legislação vigente, - culminou na elaboração final do texto do programa, publicado e lançado em dezembro de 2010, implicando, pelo processo de form(ação)-intervenção, a certificação dos integrantes da CPP pela Universidade .

Destacamos caracterizações que marcaram pontual ou organicamente essa etapa, no ano de 2010: a) a chegada de novos membros na CPP, em especial, um relevante número de professores; b) a rotatividade significativa de participantes; c) o esvaziamento por parte dos movimentos sociais; d) a ocorrência de projetos de governo, tais como a Agenda Ambiental da Administração Pública –A3P e o Projeto Água Floresta, o qual intencionava mapear potencialidades no município, não obstante tenha trazido resultados pouco significativos; e) o início da construção do Programa Estadual de EA, do qual a CPP participou na etapa Baixada Fluminense; f) o período eleitoral, que também influenciou significativamente a participação e o esvaziamento dos encontros nessa fase; g) a realização de sete novos encontros alimentados pelo trabalho de algumas comissões formadas a partir das demandas que surgiam nos encontros da CPP e, entre tais comissões, uma estava voltada para a discussão da

¹⁸ Tomados como referência e estudo, foram utilizados: as Políticas dos Estados do Rio de Janeiro, Bahia, Espírito Santo e Minas Gerais e os Programas de Educação Ambiental dos Estados da Bahia e Minas Gerais e do Município de São Carlos-SP.



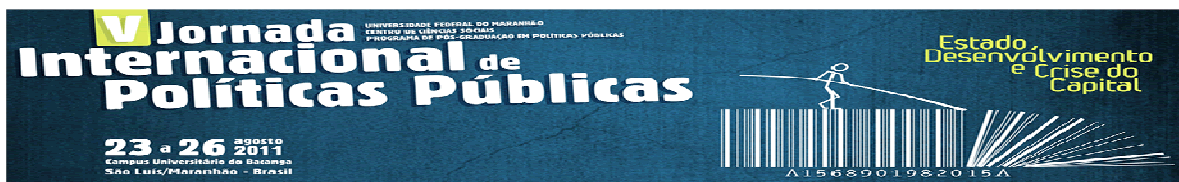
questão da EA no âmbito disciplinar/interdisciplinar, o que contou com a colaboração de uma professora da FE/UFRJ; h) a formação de uma comissão que trabalhou para dirimir dúvidas sobre licenciamento e experiências positivas advindas da história da EA no licenciamento, contando com o apoio do IBAMA/RJ; i) a formação de outra comissão que trabalhou sobre o levantamento histórico-participativo do município; j) a mudança de espaço de encontro da CPP, da Escola Municipal Ely Baiense Vailante para o Centro de Justiça Ambiental, o qual ganhou novo espaço, passando a comportar o número de integrantes da CPP; k) e, em destaque, as audiências públicas dessa fase a qual carecia de organizar planos e ações que integrariam o Programa. Além das características apresentadas até aqui, surge ainda a pesquisa realizada em nove escolas e creches¹⁹(cinco municipais, três estaduais e uma privada), apoiada pela SEMED e com o envolvimento direto de orientadores pedagógicos, profissionais da educação, alunos e comunidade aliados à marcante e significativa participação de professores.

4. Buscando dialogar com a intencionalidade e a capacidade problematizadora do Projeto

É fato que vivemos uma crise socioambiental, (SANTOS, 1997, p. 202), que “se produz neste período histórico, onde o poder das forças desencadeadas num lugar ultrapassa a capacidade local de controlá-las, nas condições atuais de mundialidade e de suas repercussões nacionais”, gerando graves problemas socioambientais locais e globais (GUIMARÃES, 1998).

Nesse sentido, aliando-se às contribuições de Quintas (2010), o que se põe em xeque é a relação sociedade-natureza e uma ‘sustentabilidade’ em movimento, o que inclui tensão, pois envolve tanto o assegurar de direitos aos sujeitos sobre o meio ambiente, como o uso comum e a forma como se dará essa apropriação, e nisso a gestão pública de recursos e a sua destinação. Nesse viés, as potentes perguntas, “[...] sustentabilidade do que, para quem, quando, onde, por que, por quanto tempo [...]” (MARRUL-FILHO, 2003, p.86, apud QUINTAS, 2010), são essenciais para a compreensão-intervenção dessa e nessa realidade concreta caracterizada do campo ambiental, mas que compõe o campo político e econômico, e onde

¹⁹ Escola Municipal Maria Dolores de Mello Porto, Centro Municipal de Educação Infantil Paulo Freire, Creche Municipal Carmem Montes Paixão, Creche Municipal Profª Marlene Peres Costa, CIEP 364 – Nelson Ramos, CIEP 111 – Gelson Freitas, Colégio Estadual Professor Quirino, CVT – FAETEC e Centro de Educação Valladares (privado).



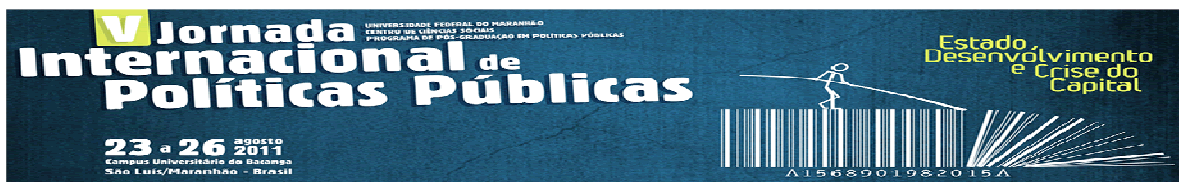
todo processo educativo é antes de tudo **(ou deveria ser *per se*)** um processo de intervenção na realidade vivida, em que educador e educando, numa prática dialógica, constroem o conhecimento sobre ela, objetivando sua transformação (QUINTAS, 2002, p. 10). O grifo é nosso.

Não resta dúvida que o princípio da contradição em Marx muito pode nos apoiar na compreensão/intervenção dessa dada realidade, na medida em que explicita neste caso, a contra-mão da qualificação da sociedade no sentido do controle social, e nesse caso, controle socioambiental. Tal qualificação que deveria ser a marca dos processos participativos, voltados às questões socioambientais, ou não, torna-se contundente.

Numa análise dos processos participativos e do papel do Estado, Kaplan (2011, p. 91, 92) nos auxilia no sentido da compreensão dessa dada e específica 'qualificação' da Sociedade Civil e logo, do controle social:

Por ser o executor das políticas sociais, o ator social se conforta com o modelo de sociabilidade imposto a ele. O objetivo do capital é manter o sistema (capitalista) vigente e evitar que a sociedade o questione. A estratégia passa por inserir a sociedade civil como executora das políticas com o objetivo de fazê-la sentir-se parte do processo e assim evitar questionamentos quanto ao mesmo (Cidade, 2010, p. 4). Assim, o projeto societário hegemônico difunde uma visão de sociedade civil harmonizada e independente do Estado. As justificativas para essa transferência de poderes para sociedade civil passam pelas noções de "autonomia", "solidariedade", "altruísmo", "interesse geral". Nesse contexto de reforma do Estado, duas leis federais merecem destaque no que diz respeito ao empoderamento dessa sociedade civil no viés liberal: a Lei das Organizações Sociais (OS) – Lei nº 9.637/98 – e Lei das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) – Lei nº 9.790/99. As OS são privadas, criadas pelo poder público e nascem sob a forma de contrato de gestão de um patrimônio público. Por sua vez, as OSCIP já eram privadas e se relacionam com o Estado por meio de parcerias. Na sua própria definição, as OSCIP são qualificadas como as pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos (art.1º) que têm acesso a recursos públicos para a realização de projetos, por meio da celebração de "termo de parceria" (Brasil, 1999 apud Peroni et alii, 2009, p. 769). O surgimento de ambas indica o "fenômeno da publicização do Direito privado e da privatização do Direito público". Foram atribuídas a ambas uma maior rapidez na prestação de serviços, capilaridade territorial e continuidade aos programas (Cury, 2007, p. 8 apud Peroni et alii, 2009, p. 769). Dessa forma, a sociedade civil passa a ter um papel fundamental de executora das políticas sociais. A tentativa é de instaurar um novo padrão de sociabilidade e para tanto é necessário, estrategicamente, produzir um consenso mundial quanto ao novo modelo das relações sociais

Aqui, também Quintas (2010) recorrendo à Constituição Federal, destaca que no § 1º do artigo 225, das sete responsabilizações do Poder Público quanto à obrigatoriedade para com a preservação e defesa do meio ambiente, também



imputada à coletividade, inversamente apenas uma, contempla a criação de condições/qualificação para que essa mesma coletividade possa exercer o controle social em 'defesa' das questões socioambientais por meio da EA.

Justifica-se, portanto, a atenção e o destaque necessários às questões de ordem participativa na constituição de políticas públicas, àquelas voltadas para o campo da EA, especificamente, e a questão do controle social – capacitação para a intervenção qualificada “no ordenamento de práticas, de apropriação social dos bens ambientais que o Estado realiza e, também, a exigirem sua ação, caso se omita (QUINTAS, 2010, P. 79)”.

5. Então... a participação

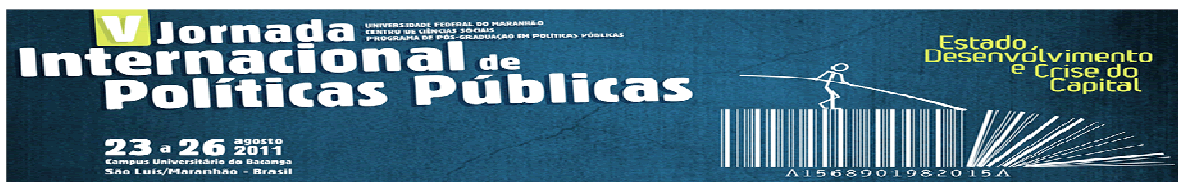
A participação, concebida como conduta social, no aprender na prática e em dadas condições, contém amálgama de crenças e interesses, e portanto, caracterizada no campo do conflito (QUINTAS, 2010).

O espaço público, 'garantido' pelo Estado é nesse sentido, propício para a garantia da pluralidade e qualidade das intervenções. Trata-se de criar condições para que as assimetrias entre grupos e interesses, possam ser consideradas e que possam ser explicitados mais claramente seus projetos, oportunizando-se e qualificando-se as discussões.

Desta maneira, o caráter de público é dado por essa dimensão, quando a participação, quanto mais ampla, sobre a destinação dos recursos e as determinações políticas, organizativas dos grupos mais vulneráveis e com menor representação social podem ser consolidadas no processo de organizar a gestão socioambiental. Consensos hegemônicos que descaracterizem tais considerações não podem ser classificados como públicos (QUINTAS, 2010), ou de regulação democrática.

Nesse sentido, a CPP cumpriu seu objetivo estruturante de proposta teórico-metodológica e política (LOUREIRO, 2010): o fortalecimento do espaço e da instituição públicos e o fortalecimento democrático de interesses coletivos e, em parte, da transformação da realidade local, mesmo que possa ter sido identificada em amostragem de seus membros²⁰, a ausência da criticidade desejável “para

²⁰ A CPP pôde também subsidiar parte da pesquisa da dissertação “Das Concepções Prévias aos Sentidos Construídos na Formação Crítica do Educador Ambiental”, realizada por Rodrigues (2010) pelo



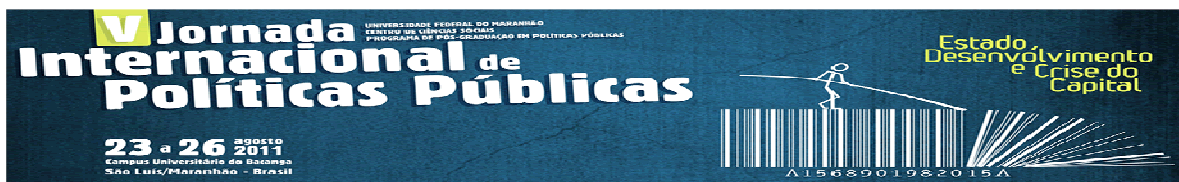
instrumentalizar sua práxis, valorizar e desenvolver os saberes docentes, em suas multidimensões, costurar escola e universidade na práxis de uma abordagem relacional de complementaridade” (RODRIGUES, 2010, p.5). Ainda, assim, o exercício da gestão pública, vivenciado no processo da CPP, permite-nos destacar a importância do processo na estimulação do grupo social envolvido, tendo em vista interesses coletivos e comuns àquela comunidade (LOUREIRO, 2010), em especial, à comunidade educadora, conforme Rodrigues (2010, p. 103), destacou em uma das falas dos educadores entrevistados:

Esses encontros serviram para divulgar os 10 anos da educação ambiental em nível de Estado e vários eventos, mas... assim... acima de tudo, ele vem trabalhando na motivação da gente querer sempre fazer melhor, porque sempre teve um distanciamento da universidade com a escola, esse distanciamento era como um buraco negro, né?! E quando você vê a universidade dentro do município, vindo até nós, a verdade é que essa... a universidade vindo até nós e nos ouvindo... isso nos motiva a querer fazer melhor (...) - Educador B2 (entrevista)

A fala do educador, aponta para a necessária superação de uma das assimetrias que marcam a fragmentação entre a escola, cotidiano docente, e a ‘produção’ de conhecimento científico-acadêmico, marcando territorialidades distintas, antagônicas e desiguais em possibilidades, mas não em potencialidades.

Para Santos (2010a, 2010b), recuperar a sociedade civil dentro do protagonismo do debate ideológico e econômico como forma ampliada de ocupar os espaços antes exclusivos de grupos hegemônicos e do Estado (KAPLAN, 2011), compreendidos como maiores aliados do capital privado, possibilita que a Sociedade Civil, assim compreendida, possa “desempenhar um papel ao mesmo tempo crítico e afirmativo no que diz respeito à sociedade política” (ACANDA, 2006, p. 236), o que nos coloca na discussão da necessidade tanto de re-distribuição, quanto de reconhecimento (FRASER, 2001).

Dentro das tipologias da participação (BROSE, 2001; ARNSTEIN, 2002, apud LOUREIRO, 2010), a delegação de poder e o controle cidadão (social), pautados pela democracia direta exercida por grupos sociais minoritários necessitam ser exercitados



coletiva e politicamente (LOUREIRO, 2010, p. 182) e com “intencionalidade emancipatória”.

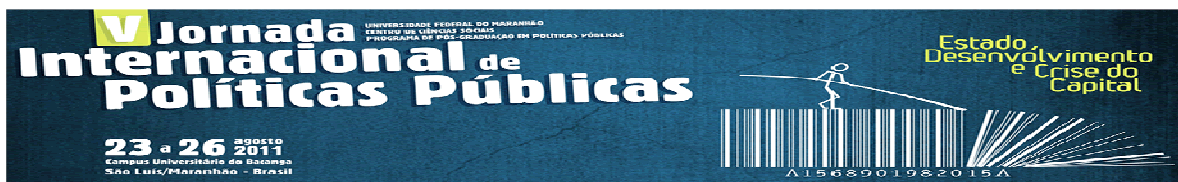
Podemos dizer que o processo de participação da CPP guardou elementos significativos acerca das formas de participação mais emancipatórias, mesmo que considerados os seguintes elementos: o nível flutuante de presenças na CPP, com prejuízo no aprofundamento e análise de situações e estudos; a tendência de governo a um dado enfoque e ação ambiental; a ausência de respaldo a docentes e servidores na garantia de sua efetiva participação às vezes em tripla jornada; e o esvaziamento por parte dos movimentos sociais na fase da construção do Programa (fase 3).

Concluindo - Caminhos a percorrer

Buscamos a partir dessa sistematização, não apenas realizar algumas reflexões teórico-metodológicas, mas acima de tudo, destacar a análise realista e concreta do campo da participação em EA daquela municipalidade, evidenciando contradições e possibilidades dos aspectos políticos-institucionais e educativos que envolvem esse campo. Nesse sentido, segundo Loureiro (2007, p.50) “[...] uma opção metodológica que tenha na participação não um “carro-chefe” de belos discursos que mascaram o autoritarismo, o desprezo pelo outro ou a manipulação, mas um compromisso com indivíduos e grupos em suas singularidades reprimidas [...], podem colaborar de forma bastante satisfatória como o resgate daquilo que é de fato público, e assim se caracteriza e se afirma no sentido de transformação e auto-transformação dos sujeitos e suas realidades.

Destacamos que tal protagonismo não se deu harmonicamente, tendo em vista as diversas ações e interesses socioambientais formais e não formais existentes na sociedade e, no caso específico, no município. Afirmamos, por conseguinte, que a Educação Ambiental é um fato concreto e necessita de Políticas Públicas que norteiem o seu fazer, assim como a formação crítica e democrática dos agentes que a constituem e a fazem acontecer cotidianamente, em especial, no âmbito da escola.

A formação emancipatória se apresenta como característica marcante, sendo solicitada para a qualificação dos debates nas construções e proposições de políticas públicas no município. A participação popular necessita avançar nesse sentido, pois é potencial para as intervenções que dêem continuidade aos caminhos já percorridos e



que, de fato apoiem e agreguem força aos processos decisórios daquela comunidade, ampliando suas concepções de realidade-mundo e dos saberes ali existentes.

Referências Bibliográficas

ACANDA, Jorge L. **Sociedade civil e hegemonia**. Rio de Janeiro: editora UFRJ, 2006.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988.

BRASIL. **Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002**, Brasília, DF.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB**. 9394/1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação Geral de Educação Ambiental. Ministério do Meio Ambiente. Diretoria de Educação Ambiental. **Programa Nacional de Educação Ambiental – ProNEA**. 3ª Ed. Brasília: MEC/MMA, 2005.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Ambiental**. Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, Brasília, DF.

FRASER, Nancy. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça na era pós-socialista. In: SOUZA, Jessé. **Democracia hoje: novos desafios para a teoria democrática contemporânea**. Brasília: Ed. UNB, 2001.

GUIMARÃES, M. A **Dimensão Ambiental na Educação**. Campinas, SP: Papyrus, 1998.

KAPLAN, L. **Análise crítica dos discursos presentes nos documentos que definem a política de educação ambiental no Brasil**. Rio de Janeiro: UFRJ/PPGE, 2011. (Dissertação de mestrado em Educação).

KOSIK, K. **Dialética do Concreto**. 4ª edição, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2002.

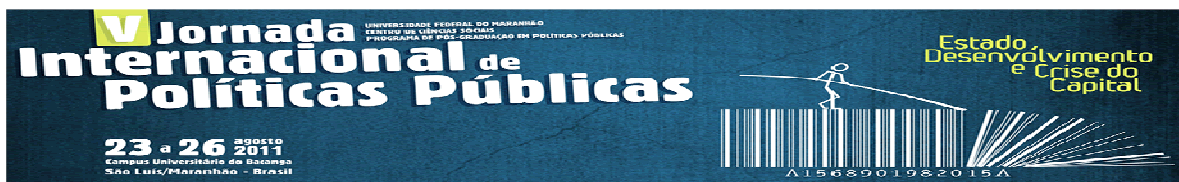
LEI ESTADUAL. **Lei nº 3325, de 17 de dezembro de 1999** – Política Estadual de Educação Ambiental e cria o Programa Estadual de Educação Ambiental no Estado do Rio de Janeiro.

LEI MUNICIPAL. **Lei nº 601, de 29 de dezembro de 2009**. Política Municipal de Educação Ambiental do Município de Mesquita.

LOUREIRO, C. F. B. Educação Ambiental e Participação Popular. In: Gestão Ambiental Pública. In: (Orgs.) Reinaldo Luiz Bozelli, Laísa Maria Freire dos Santos, Alexandre Ferreira Lopes e Carlos Frederico Bernardo Loureiro. **Curso de formação de educadores ambientais: a experiência do Projeto Pólen**. – Macaé: NUPEM/UFRJ, 2010.

LOUREIRO, C. F. B. Educação ambiental e movimentos sociais: reflexões e questões levantadas no GDP. **Pesquisa em Educação Ambiental**. São Carlos, vol. 3, n 1, 2008a.

LOUREIRO, C. F. B. Pesquisa-Ação Participante e Educação Ambiental: uma abordagem dialética e emancipatória. In TOZONI-REIS. Marília Freiras de Campos.



(orgs.) **Pesquisa-ação-participativa em educação ambiental, Reflexões teóricas.** SP: Ed. Annablume, 2008b.

LOUREIRO, C.F.B. (Org.) **A questão ambiental no pensamento crítico: Natureza, trabalho e educação.** RJ: Quartet, 2007a.

LOUREIRO, C. F. B. Educação Ambiental Crítica: contribuições e desafios. BRASIL. **Vamos Cuidar do Brasil: conceitos e práticas em educação ambiental na escola.** [Coord. Soraia Silva de Mello, Rachel Trajber] – Brasília: Ministério da Educação, Coordenação Geral de Educação Ambiental: Ministério do Meio Ambiente, Departamento de Educação Ambiental: UNESCO, 2007b

MARX, Karl. **Manuscritos Econômicos -Filosóficos e outros textos escolhidos.** Seleção: José Arthur Giannotti: tradução José Carlos Bruni (et al.) - 2ª edição - SP: Abril Cultural, 1978 (Os pensadores).

PORTO-GONÇALVES, C.W. **A globalização da natureza e a natureza da globalização.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

QUINTAS, J.S. Gestão Ambiental Pública. In: (Orgs.) Reinaldo Luiz Bozelli, Laísa Maria Freire dos Santos, Alexandre Ferreira Lopes e Carlos Frederico Bernardo Loureiro. **Curso de formação de educadores ambientais: a experiência do Projeto Pólen.** – Macaé: NUPEM/UFRJ, 2010.

QUINTAS, J.S. **Introdução à gestão ambiental pública.** Brasília: Edições Ibama, 2002.

RIO DE JANEIRO, no. 8, **Censo 2010** - IBGE.

RODRIGUES, J.O. **Das Concepções Prévias aos Sentidos Construídos na Formação Crítica do Educador Ambiental.** Dissertação de Mestrado. PPGE/UFRJ – Rio de Janeiro: Seropédica, 2010.

SANTOS, A. M. M. **Participação Popular Como Disputa Teórica, Prática e Política nas Questões Socioambientais: Caminhos da Ideologia e da Utopia.** V ENANPPAS, SC: Florianópolis, 2010a.

SANTOS, A. M. M.. **Ações socioambientais em uma comunidade cooperada: trabalho e conflito como categorias centrais na práxis educativa.** 33ª Reunião Anual da ANPED, MG: Caxambu, 2010b.

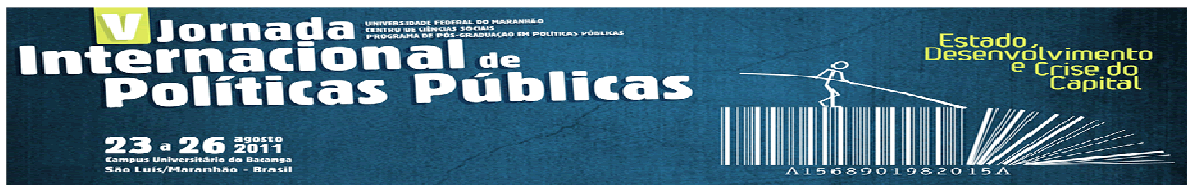
SANTOS, M.. **A Natureza do Espaço.** Técnica e Tempo. Razão e Emoção. 2ª Edição. São Paulo: Hucitec, 1997.

SAVIANI, D. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações.** 8ª edição. Campinas, Autores Associados, 2003.

SILVA, M. F. de S. **Das Terras de Mutambo ao Município de Mesquita – RJ: memórias da emancipação nas vozes da cidade.** RJ: Entorno, 2007.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação.** São Paulo: Cortez, 2000.

TOZONI-REIS. Marília Freiras de Campos. A pesquisa-ação-participativa e a educação ambiental: uma parceria construída pela identificação teórica e metodológica. In: TOZONI-REIS. Marília Freiras de Campos. (orgs.) **Pesquisa-ação-participativa em educação ambiental, Reflexões teóricas.** SP: Ed. Annablume, 2008.



TREIN, Eunice. A contribuição do pensamento marxista à educação ambiental. IN:

TURATO, E.R. **Tratado da Metodologia da Pesquisa Clínico-Qualitativa**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

Site e Grupo:

<http://www.mesquita.rj.gov.br/>. Acesso em 03/04/11.

http://br.groups.yahoo.com/group/Rede_ProMEA/.